

O "MEDITERRÂNEO" SAARIANO E AS
CARAVANAS DO OURO

GEOGRAFIA ECONÔMICA E SOCIAL DO SÁARA OCIDENTAL E CENTRAL DO SÉCULO XI AO SÉCULO XVI.

Este singelo esboço deve muito às indicações bibliográficas, às sugestões e à atenta revisão crítica dos Srs. Théodore Monod, diretor do Instituto Francês da África Negra e professor do Museum de Paris, e R. Mauny, membro daquele Instituto e especialista das fontes antigas e muçulmanas. Os Srs. Fernand Braudel e Émile Coornaert, ambos professores do Colégio de França e da Escola de Altos Estudos de Paris, tiveram também a bondade de ler o datilografado e contribuíram para o melhorar. A todos, os nossos vivos agradecimentos. Agradeço também ao Prof. E. Simões de Paula, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a pronta gentileza com que aceitou a publicar esta tentativa na "Revista de História" e em livro separado.

São Paulo, outubro de 1954.

VITORINO MAGALHÃES GODINHO.

CAPÍTULO I

UM MUNDO NOVO: O MEDITERRÂNEO SAARIANO E A REVOLUÇÃO DO CAMELO.

I. — *Um mundo novo: — O Mediterrâneo saariano — O problema.*

Um sopro de vida nova percorre a Barbaria à volta do século VIII. Na costa atlântica, voltada para o deserto, eis Messa que surge no século VII. No Tafilelte, cêrca de 757, uma feira de nômadas transforma-se numa cidade que se chamará Sidjilmassa; nesta mesma época, os Warika edificam Aghmate, essa primeira Marrocos do Haúz. No outro extremo do mundo norte-africano, Kairuam substitui a velha Cartago, enquanto no Maghrebe central sôbre as cinzas da Pomaria romana, destronada, nasce Tremecem, a meio do século VIII, e graças aos cameleiros Zeneta e Houara dá-se o aparecimento de Tiherte. Se cêrca de 800 os Idríssidas estão sôlidamente estabelecidos em Fez, cidade nova, não será porque a clássica Volubilis pertence de oravante ao passado? Durante todo o século IX os reinos arlebita de Kairuam, rostémida de Tiherte e idríssida de Fez, que entre si partilham a Barbaria, asseguram a paz desde o mar al-Muhite ao gôlfo de Gabés, e sob a sua égide tôdas estas regiões conhecem uma espantosa ascensão de prosperidade. No século X, nova floração urbana, desta vez no Maghrebe central: é Oram, entre outros centros, que se forma.

Tudo isto põe um problema. Deveremos voltar-nos para a Europa e para o Mediterrâneo? Essa Europa que, pense-se o que se pensar das teses contrárias de Pirenne e Dopsch, não parece estar com fôrças para reanimar por iniciativa sua os outros mundos? Além disso, a România, a unidade mediterrânea, não estará, pense-se o que se pensar do *Mahomet et Charlemagne*, morta, e a Europa não estará a desabrochar? Isto significa, entre outras coisas, que na Europa é preciso olhar, daqui para o futuro, para o mar do Norte e para o Reno (1). Algo de análogo não se poderia ter dado em África?

(1). — Alfons Dopsch, *The economic and social Foundations of European Civilization* (trad. do original alemão de 1923-1924), Londres 1937; Henri Pirenne, *Mahomet et Charlemagne*, Paris e Bruxelas, 1936; Christopher Dawson, *The Making of Europe*, Londres, 1932. Não esquecer as discussões geográficas de Sion, de que Lucien Febvre mostrou todo o interêsse num curso do Collège de France. As mais recentes contribuições de valor para o problema são: Roberto Lopez, *Mohammed and Charlemagne, a Revision* (em *Speculum*,

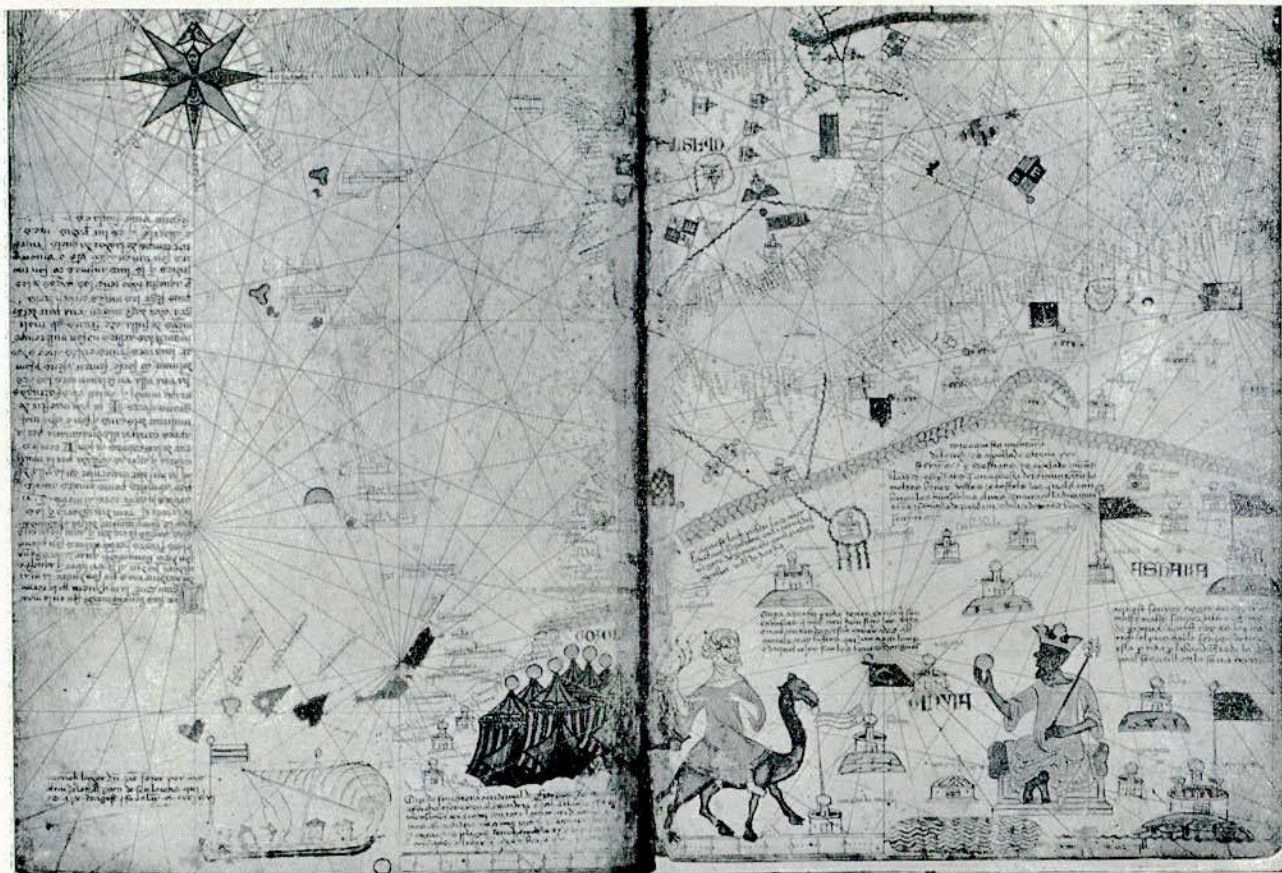


Fig. 1. — O Noroeste africano no Atlas Catalão de circa 1375.



Fig. 2. — Poço no Ahoggar



Fig. 3. — Afloramento de água num uede.

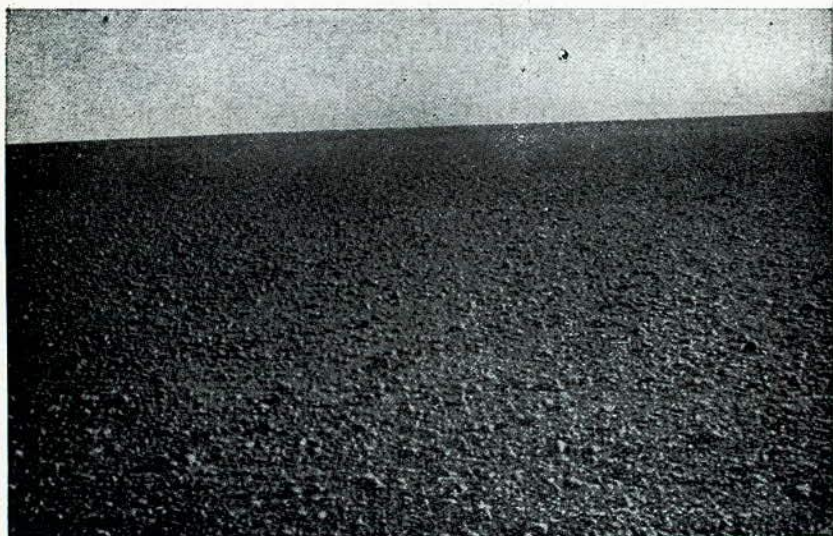


Fig. 4. — A hamada de Tademaite.



Fig. 5. — Acampamento tuaregue.



Fig. 6. — Nobres tuaregues.

Voltemos as costas ao Mediterrâneo, embrenhemo-nos no coação das terras sem recêio da travessia do deserto. Na borda saheliana do Sudão, eis que se desenham reinos, em breve impérios: Audaghoste a Oeste, Ghana a Leste. Mais longe, para o Levante, os Songhai agitam-se perto do Níger e procuram construir um estado. Tudo isto põe igualmente um problema.

Como é possível não notar o paralelismo dos sintomas nas duas grandes áreas que se supõe que o Sáara separa? Os dois problemas não serão redutíveis a um só?

2. — A revolução do camelo.

Na carta da África do Atlas Catalão de 1375 vêem-se desenhados, ao Sul da longa linha atlásica, um grupo de tendas e um homem montado num camelo; a legenda esclarece:

“Tota aquesta partida tenens gens que son embossats, que nols veu hom, sino los uyls; e van en tendes, e fon cavalcades ab camels; e ay bisties qui han nom Lemp, e daquel cuyr fan les bones dargues”.

A figura do homem montado no camelo e a legenda (com leve variante) repetem-se na carta de Mecia de Viladestes de 1413. Mas a primeira referência, na Europa cristã, aos berberes embuçados que deambulam pelo deserto a dorso de camelo remonta a quase um século atrás, pois é-nos dada por uma legenda do planisfério de Giovanni di Carignano (cêrca de 1320). Em contraste com os sedentários dos oásis de tamareiras, vivendo nos “castelos” (*ksur*) e aldeias, aparecem-nos assim os nômadas, cuja habitação é a tenda.

A existência de tribos nômadas cuja vida assenta na utilização do camelo é sem dúvida recente no continente africano. O dromedário não existia em larga escala até a derrocada do império púnico e a destruição de Cartago. Quer Heródoto, quer Plínio-o-Velho, minuciosos na descrição da fauna, dêle não falam. A primeira referência ao camelo em África encontra-se num texto de César: o exército de Juba I contava 18 camelos, em 48 a. C.; mas durante os três séculos seguintes só raramente é referido, e com certeza só esporadicamente se encontrava; sob Antonino-o-Pio parece que ainda não era utilizado pelos berberes (2), embora o exército romano dêle se servisse no Egito pelo menos desde 156 (3). A introdução em massa e a difusão do camelo de uma bossa, com o qual os romanos tinham entrado em contacto no Levante, dá-se

1943); Maurice Lombard, *Mahomet et Charlemagne (Annales, Economies, Sociétés, Civilizations*, 1948; Mme Dohaerd, *Ce qu'on vendait et comment on le vendait dans le bassin parisien* (Idem, 1947). De extraordinária importância são as memórias dispersas de Marc Bloch e a sua luminosa *Société féodale* (2 vols., Paris, 1939-1940).

(2). — Pausânias, VIII, 43, 3. Cit. por Carcopino.

(3). — Lesquier, *Armée romaine d'Égypte*, p. 92 e 113. Cit. por Carcopino.

no período dos Severos (193-235). Sétimo Severo era natural de Leptis Magna (Trípoli) e mostrou sempre particular carinho pela terra natal; ora Trípoli era então o grande centro do comércio transsaariano, e o imperador decerto desejava promover a sua prosperidade; para o Norte de África vieram fortes contingentes de tropas sírias, e com êles os dromedários. No século IV Amiano Marcelino narra que em 363 em Leptis Magna um general requisita para o seu exército 4.000 camelos, satisfazendo-se prontamente a requisição. Em batalha com os berberes, os vândalos embateram já com a linha de defesa composta por camelos; e o exército bizantino com os camelos teve de se defrontar. A princípio utilizado pelo exército romano, o dromedário passou assim lentamente para as tribos berberes, e desta difusão resultaram conseqüências incalculáveis (4).

Cartago recebera já do Sudão o ouro, o marfim, as penas de avestruz, os escravos, quer através do deserto quer talvez pela rota marítima atlântica (pois a troca muda descrita por Heródoto concerne uma via marítima e deverá localizar-se, segundo os testemunhos árabes e portugueses, se os séculos não a deslocaram, na região do Senegal) (5). Este aprovisionamento em metal amarelo explicaria mesmo, na sedutora hipótese de Gautier, o renascimento da economia púnica após as primeiras derrotas infligidas pelos romanos. Com o império romano este comércio continua mas somente pela via terrestre, e passa a confluir a Trípoli atravessando o Fezzam por intermédio dos Garamantes; segundo a informação de Heródoto, os Garamantes percorriam as extensões áridas em carros de cavalos. O cavalo foi certamente o animal de transporte ou de tiro empregado pelos púnicos e pelos romanos, como o era pelos berberes estabelecidos no Fezzam e noutros oásis. Não existiam todavia grupos humanos que nomadizassem pelo Sáara utilizando o cavalo, ao contrário do que acontecia nas estepes euro-asiáticas. E' que o cavalo, pelas suas exigências de água e de forragem, não permite circular através do deserto durante longas jornadas, embora

-
- (4). — Gautier, *Le Passé*, Livro III, cap. 3; Gsell, *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord*, I p. 59-61; E. Albertini, *L'Empire romain*, cap. XI; Julien Guey, *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire* (1939, p. 233 ss.); L. Leschi, *Rome et les nomades (Travaux de l' I. de R. S., I, p. 48 ss.)*; Carcopino, *Le Maroc*, p. 138.
- (5). — Segundo as pesquisas de R. Mauny, as galés de Hánone não teriam ultrapassado o Sul de Marrocos, e jamais na Antigüidade uma rota marítima teria ligado o mundo mediterrâneo e a Guiné. E' difícil pronunciarmos sobre conclusões que, a serem justificadas, virão destruir as investigações no entanto bem lúcidas e aparentemente sólidas de Gsell, E. F. Gautier, Carcopino. Contrariamente a Monod, recusamo-nos a classificar de "vã" tôda esta literatura relativa às viagens ao longo da costa de África na Antigüidade tartássico-púnico-romana, mesmo que rejeitemos as suas conclusões, pois pôs dois problemas fundamentais para a história da economia e da civilização: a grandeza de Cartago e Gades ligada ao ouro do Sudão que seria obtido por uma rota marítima, e as possibilidades náuticas das civilizações antigas.

possa atravessar de um para outro oásis desde que se transportem odres com água e a sua ração; esta necessidade imperiosa diminui em alta proporção as possibilidades de transporte de mercadorias; por isso o papel do cavalo era sobretudo militar. Estas razões explicam que até o fim do império romano não se tivessem provavelmente estabelecido outras rotas do ouro e do marfim através do Sáara; o que, combinado com a reduzida capacidade de transporte do cavalo, tornava extremamente pequeno o afluxo de tais mercadorias ao litoral norte-africano. O ouro do Sudão ocidental e central não exerce na economia romana função comparável à do ouro da Dácia: o império permaneceu mediterrâneo.

Antes da introdução do camelo, os oásis saarianos com maior fartura de água eram habitados por uma população negra ou negroíde que cultivava o solo e vivia em sedentariedade. Estes núcleos humanos esparsos, que rara e dificilmente comunicavam entre si, constituíam “ilhas” de sobrevivência do denso povoamento que outrora cobria o Sáara, enquanto os rios o atravessavam de lés a lés, formando vales irrigados e férteis; não havia então solução de continuidade entre o Maghrebe e a Guiné. Com o rolar dos milênios e dos séculos, através de fases alternadas de humidade intensa ou quase nula, dera-se todavia a secagem gradual, desapareceram ou minguaram os rios, o deserto alastrara e eliminara a estepe, como a estepe eliminara a floresta. O limite meridional e ainda no século XI da era cristã, corria muito mais ao norte do que posteriormente: na Mauritânia e no Hodh estendiam-se vastos campos de cereais e cidades populosas (6). Mas antes do ocaso da Idade Média a decadência irremediável feriu estas regiões. A evolução física cortou assim em grande parte as conexões entre a faixa mediterrânea e a África intertropical.

Não que o deserto seja obstáculo intransponível para pastores de gado bovino ou ovino:

“Chudeau notait ces caravanes de Touaregs de l’Adrar des Iforas affluent chaque année au Touat et au Tidikelt en y amenant plusieurs milliers de chèvres et de moutons; il soulignait que ces animaux qui, pendant l’automne, ont pu se bien nourrir dans les pâturages de l’Adrar, sont à ce moment, en belle forme, et peuvent rester, pendant le voyage, cinq à six jours sans boire ni manger. Il en est de même des boeufs qui viennent de l’Adrar des Iforas à In-Salah ou de l’Air au Hoggar” (7).

Estas peregrinações mostram-se-nos, porém, integradas no nomadismo cameleiro, e só são possíveis na meia lua de oásis do Sáara central e na faixa atlântica.

(6). — M. Delafosse, em *Hespéris*, 1924, págs. 153-174.

(7). — Eydoux, *L’Homme et la Sahara*, pág. 12.

Nestas condições, a introdução e difusão do camelo representam a maior transformação na história africana. O melhor é transcrever as palavras de E. F. Gautier:

“Dans un pays bloqué au sud par la steppe et le désert, l’acclimatement du chameau équivaut à la levée du blocus. La steppe et le désert ne sont plus des immensités pratiquement infranchissables, parce que le chameau est la seule bête de somme qui permette la circulation au Sahara. A lui tout seul il raccourcit toutes les distances, il rétrécit le Sahara. C’est une révolution économique comparable sans exagération avec celle du chemin de fer, de l’automobile, de l’aéroplane.

Cette révolution économique a été certainement voulue expressément, et réalisée consciemment par l’administration romaine.

Mais un autre résultat s’est trouvé atteint du même coup, que les contemporains n’avaient sans doute pas prévu, car ils l’eussent trouvé au plus haut degré indésirable. C’a été un bouleversement social et politique terriblement dangereux.

Le chameau est un cheptel, inséparable de l’homme qui l’éleve et qui se sert de lui. Cet homme, c’est le nomade, le grand nomade chamelier, groupé en tribus redoutables, dont chacune est en soi, sans entraînement préalable, une sorte de régiment né, rapide, insaisissable, susceptible de surgir à tout moment, inattendu comme la catastrophe, des solitudes insurveillables. Un puissant outil militaire. Et ce grand nomade, endurci aux privations du désert, est par une conséquence naturelle ardent de convoitises profondes, affamé de jouissances et de pouvoir; dans sa pauvreté pouilleuse, ce fauve humain poursuit confusément au fond de lui-même un rêve éternel de pillage et de domination.

Voilà le nouvel élément, que Rome n’avait pas connu, et qui, inéluctablement, est apparu avec le chameau. Un changement immense dans l’équilibre social et politique” (8).

Assim, pouco a pouco, a partir do século III, os berberes apropriam-se do dromedário, desenvolvem a sua criação e armados deste poderoso meio de locomoção e de vida irradiam dos confins sul-tunisianos e tripolitanos para o Meio Dia e o Poente (9). O camelo por si só quase basta a satisfazer todas as necessidades humanas: alimenta e mata a sede — pela sua carne e pelo seu leite —, serve de montada e de besta de carga, e com o seu pêlo tecem-se as tendas e o vestuário. Como agüenta longos dias sem beber, atravessa facilmente as solidões desoladas de outro modo quase intransponíveis, onde não surge água nem se avista vegetação. Graças à domesticação do dromedário, constituem-se as grandes tribos

(8). — *Le Passé de l’Afrique du Nord*, págs. 208-209.

(9). — *Idem*, Livro III, cap. IV.

nômadas: na massa dos berberes, a um lado ficam os Beranés, seranos sedentários, e a outro lado destacam-se tanto os Botr, cujo principal ramo são os Zenata, como os Zenaga, ambos nômadias camelleiros que percorrem as planíceis e baixos planaltos. O aparecimento e alastrar dos nômadias modificou a situação das populações dos oásis: os negros e os brancos que viviam magramente da cultura das miseráveis glebas no leito dos uedes ou em volta das fontes artesianas passam a ficar dependentes dessas tribos de longo raio de deslocamento, logo impossíveis de agarrar pelos sedentários. Por vêzes as gentes dêstes lugarejos isolados conseguem refugiar-se no coração dos adraes, das serras saarianas, onde aliás não terão força para conservar por muito tempo a sua liberdade. A feição dos oásis como palmares de tamareiras, essa árvore cuja reprodução só por intermédio do homem se assegura, parece estar ligada em larga medida a tôda esta revolução; na verdade, tais palmares

“n'existaient pas au temps de Rome. Le palmier est apparu au Sahara avec le chameau, c'est-à-dire avec les Botr, les Zénètes, assez peu de temps avant l'invasion arabe” (10).

Recurso raro e de alto valor para a vida humana no meio das areias e ao longo dos planaltos pedregosos; um laço mais quer entre as tribos nômadias e as aldeias camponesas, quer entre o deserto e o Maghrebe. Os berberes Zenata difundiram-se pelas estepes setentrionais, os berberes Zenaga e mais tarde os árabes, quer dizer, os brancos, espalharam-se pelo Sáara, cobrindo de uma camada senhorial os negros dos oásis; e para se manter esta população negra de cultivadores semi-livres — *harratin* — firmou-se a importação ampla e regular de cativos da Guiné. Ora em pequenas etapas, de pastagens em pastagens, ora em aventuras cavalgadas, os camelleiros tinham, com efeito, chegado ao contacto do mundo sudanês ao longo do Sahel, ao longo do Médio e Alto Níger e do Senegal, enquanto ao Norte estão em relações com os camponeses e as cidades da orla meridional da Barbaria e da Tripolitânia. O Sáara deixa de ser fator de isolamento do Norte de África e da Terra dos Negros, e passa como que o Mediterrâneo, sulcado pelas cáfilas de camelos e pelos cabildos nômadias, com as escalas das “ilhas” de sedentariiedade — os oásis de tamareiras; nem sequer falta o curso — os ataques e roubos dos eternos salteadores. O Sudão deixa de viver fechado sôbre si próprio, está agora voltado para o Maghrebe, e êste por seu turno não se compreende mais sem aquêie: uma teia econômica os integra.

Por múltiplo rios — as pistas caravaneiras —, o ouro e os escravos correm de oravante em caudal do mundo negro para Mar-

(10). — Idem, pág. 318.

Marrocos, Tremecem, Argélia, Ifríquia. Como não se pode comprar sem vender, por toda a parte na Barbaria os artífices põem-se a fabricar os produtos que os negros pedem; de modo que o florescimento urbano do século VIII, primeiro, e o dos séculos XI-XII, em seguida, significa gênese e crescimento de cidades que são simultaneamente mercados de produtos sudaneses e centros mineiros ou de indústria metalúrgica ou têxtil. Basta nomear Sidijlmassa, Aghmate, Messa, Tadsí, Tarudante, Teijeute, Tagaoste, Marrocos, Tremecem para que este duplo caráter das cidades, e por conseguinte as razões profundas do seu aparecimento, não deixe quaisquer dúvidas. Escolhemos deliberadamente topônimos sobretudo das regiões ao Sul do Bu Regreg. Sabe-se que a Mauritània tingitana dos romanos não ultrapassava este rio, não mordida sobre quase toda a Meseta, o Sus e o Anti-Atlas; o Marrocos não existia. A conversão das populações ao Islame, e principalmente o despertar das regiões meridionais graças ao ouro e aos escravos, destruíram a barreira entre civilizações que constituía o Bu Regreg, e geraram a civilização marroquina. É o Mediterrâneo saariano que ilumina com os seus projetores esta viragem decisiva da história profunda de Marrocos (11). Como compreender as paisagens pintadas pelos canaviais de açúcar no Sus, na bacia do uede Náfis (perto de Marrocos) e nos arredores de Ceuta, sem a mão-de-obra negra, isto é, sem o escravos trazidos pelas caravanas que vêm do Senegal e do Níger?

3. — *Do Sáara pluvioso e da civilização agrícola-sedentária ao Sáara desértico e à civilização dos nômadas camelleiros.*

As economias e os estados jovens que desde o século VIII modelam tanto a Barbaria como o Sudão, constituindo um mundo novo, resultariam em suma da revolução do camelo e do entretecer de uma rede de caravanas que se desenrolavam desde o século III. Para as centúrias particularmente obscuras da Alta Idade Média do Noroeste africano disporíamos assim de fios condutores. Mas o diagnóstico e a etiologia não darão o flanco a críticas decisivas? Haverá de fato gênese de um mundo novo? As caravanas camelleiras não terão simplesmente vindo substituir as caravanas de carros de cavalos ou de bois de carga? E o camelo não viveria já no Sáara bem antes da era cristã?

Segundo Mauny, as transformações do século VIII, conquanto de importância, reduzir-se-iam a duas. Em primeiro lugar, os berberes deixam de ser os únicos senhores da rota antiga entre Tremecem e o Sus, por um lado, e o Níger e o Sahel mauritânico, por outro: os árabes organizam-na por sua conta, com o fito de drenar

(11). — Ver *História econômica e social da expansão portuguesa* — t. I, cap. 7.

em seu proveito o ouro do Sudão (12). Em segundo lugar, as transformações de ordem religiosa — a islamização — arrastam consigo conseqüências sociais, como o cativoiro dos não muçulmanos, sobretudo ao Sul do Sáara, e econômicas. Se tudo nos parece novo então, é tão só porque pela primeira vez estas regiões entram na história com os autores árabes, que nos descrevem um estado de coisas que deve remontar ao passado. O verdadeiro “mundo novo” vai formar-se pouco a pouco entre o século VIII — a primeira chegada dos árabes ao Sudão — e o XI — a islamização em massa provocada pela cruzada almorávida (13).

Afigura-se-me que se confundem assim aspectos distintos, ordens de certeza diferentes, e se baralha a cronologia. Quer na Barbaria quer na Guiné as cidades, economias e estados novos manifestam-se desde o século VIII, desenvolvem-se entre esta data e o século XI, em que conhecem segunda sacudidela no sentido da prosperidade. Ora a primeira revolução econômica, além de estar cabalmente atestada (na segunda nem vale a pena falar), só se torna inteligível pelas transformações no deserto operadas entre o século III e o VIII. Que a intervenção árabe na pista ocidental marque uma data decisiva dêste *processus*, é o que dificilmente se pode aceitar: trata-se tão só de aproveitamento e melhoria de um dispositivo já montado. As conseqüências sociais e econômicas da islamização não devem exagerar-se, e sobretudo não são bem as que Mauny aponta. Acima de tudo, a primeira expansão muçulmana importa por ter constituído uma unidade comercial desde a Arábia e o Levante, através do Egito e do Maghrebe, até o Ocidente da Península Ibérica e de Marrocos. Tal florescimento mercantil e urbano solicitava fortemente a produção de metais preciosos, nomeadamente do ouro, base do sistema monetário bizantino que o Islame adota, e indispensável instrumento de troca para obter os escravos da Europa cristã (14). Se o Mediterrâneo saariano entra agora na história, ou melhor, se entra como fator da economia mundial, é evidentemente porque pela primeira vez a documentação nô-lo revela; o silêncio da documentação anterior é forte plausibilidade da inexistência do Mediterrâneo saariano, pois se êste existisse como admitir que não deixasse a sua dedada na economia mundial?

Que o dromedário viveu no Sáara antes da era cristã, não o contestaremos, nem o próprio Gautier teria empêno em o contestar visto que não destrói a sua tese. Nas estações neolíticas da África do Norte encontraram-se ossadas dêste animal. As gravu-

(12). — Ver em El Bekri (ff. 296 ss.) a construção de poços no itinerário Tamedite-Audaghoster por Abd er Rahman ibn Habib, cêrca de 745.

(13). — Neste parágrafo traduzimos a crítica datilografada que Mauny teve a gentileza de nos endereçar.

(14). — M. Lombard: *L'or musulman du VIIe au XIe siècle (Annales — Économies Sociétés, Civilisations)*.

ras rupestres de Uenate, no deserto líbico, e do uede Djarete, no Tassili dos Ajjer, representam muito provavelmente o camelo de uma bossa (15). Nas cerimônias da sagração de Ptolomeu Filadélfio, em 283 a. C., desfilaram dromedários, igualmente representados nos monumentos do Alto Egito. E não só no vale do Nilo se encontrariam, deveriam ter já progredido para Oeste visto que a inscrição púnico-líbrica de Dugga, na Tunísia, à volta de 153 a. C. menciona cameleiros (16). O silêncio de Plínio dever-se-ia interpretar como recuo para o Sul das tribos cameleiras (17).

Fatos isolados. No conjunto, a classificação das gravuras e pinturas rupestres proposta por Monod e unânimemente aceita pelos arqueólogos ainda hoje, assenta na distinção de um grupo arcaico, pré-histórico, que é pré-camelino, e um grupo camelino, histórico, alfabético, quer médio, ou líbico-berbere e pré-islâmico, quer recente, arábico-berbere, islâmico. As raras ossadas e representações de dromedários do neolítico situam-se entre 4.500 e 2.000 a. C., num Sáara úmido e habitado por camponeses, pescadores à linha, pastores de gado miúdo e bovino. Depois, durante dois milênios, ausência absoluta de vestígios quer osteológicos quer artísticos, silêncio das fontes escritas. E' no Egito que pela primeira vez o camelo reaparece, no século III a. C., muito provavelmente introduzido do Levante. E no alto vale nilótico mantém-se a partir de então, como o atestam as gravuras nas rochas. Para os blémios será o animal favorito: adotam-no para a vida no deserto, e graças a êle ascendem a uma relativa riqueza: e ei-los que no século III vêm a constituir uma potência que ameaça o Egito romano (18).

Afigura-se provável que do país nilótico é que o dromedário deva ter passado ao Maghrebe, naturalmente depois do século III a. C. A meio do século II a. C. aparece já na Ifríquia, como o atesta uma fonte epigráfica. Que não desapareceu em seguida, prova-o o apresamento de camelos pertencentes a Juba. A expedição romana do fim do século I contra os Agizimbas, que atingiu o Air ou mais plausivelmente o Tibesti, supõe a utilização destes animais de montada e de carga, no entender de Capot-Rey, uma vez que é mais

(15). — R. Perret, *Le progrès des connaissances relatives au Sahara*.

(16). — R. Mauny.

(17). — L. Leschi — *Travaux de l'Institut de Recherches Sahariennes*, I.

(18). — "Another fact is to be observed and emphasized: in Blemyan times the camel appears for the first time in the desert drawings, and it appears not sporadically, but as the favourite animal of these desert-dwellers. We conclude therefore. (1) Camel-owners have branded their animals since an early date. (2) The Blemyans dwelt in a country exceedingly suitable for camel-breeding. They introduced this animal into their country. The multitude of camel marks — as well as the camel-drawings — proves that the importation was completely successful; by the camel these people became wealthy. This favourable change of the basis of material life explains the sudden rise of the hitherto nearly unknown Blemyans in the third century A. D. to a power menacing Roman Egypt". A. A. Winkler, *Rock-drawings of Southern upper Egypt*, Londres, I, 1938, ff. 15-17. Foi Monod quem me chamou a atenção para este passo.

difícil de admitir que as condições físicas de então atravessassem transitória melhoria permitindo a travessia aos cavalos. Além disso, a arqueologia desvenda a coexistência de cavalos e camelos em volta de Ghate nos primeiros séculos da era cristã (19). Estes testemunhos, longe de contraditarem os já alegados por E. F. Gautier e a sua tese fundamental, vêm completá-la e precisá-la cronologicamente. Assistimos aos primórdios da conquista do deserto pelos nômadas cameleiros.

Na verdade, o que deve sublinhar-se mas freqüentemente se esquece, é que os vestígios osteológicos e artísticos anteriores a 2.000 a. C., além de tenuíssimos, não provam, não supõem a existência de uma civilização cameleira; ao invés, fica absolutamente sólida a idéia de que não circulavam cáfilas de dromedários nem havia grupos cuja vida na domesticação dos dromedários assentasse. E o longo hiato de dois mil anos confirma-o irrefutavelmente, pois seria inexplicável, dada a evolução do meio geográfico, o desaparecimento de tribos cameleiras: como admitir que a civilização dos carros de cavalos as tenha destronado se vem a ceder o lugar precisamente à civilização do dromedário?

Não teria todavia a civilização do dromedário vindo sobrepor-se, substituindo-a, à anterior civilização dos carros de cavalos, de modo a adotar a sua textura espacial, as suas ligações de base, sem nada acrescentar a não ser a mudança do meio de locomoção? As pistas das cáfilas de camelos não descalçarão simplesmente as rotas já freqüentadas? A dorso de dromedário não se transportarão de oravante as mesmas mercadorias que até aqui se transportavam a dorso de boi ou de cavalo ou nos carros que estes animais puxavam?

A pré-história saariana caracteriza-se pela alternância de fases pluviosas e de fases sêcas. E' assim que a aridez separa o paleolítico úmido, de fauna tropical, cursos de água e lagos abundantes, do neolítico também úmido e com fauna sudanesa, — elefante, girafa, búfalo antigo, crocodilo, bovídeos. Na arte rupestre, tôda naturalista e pré-camelina (salvo raríssimas exceções) e que Monod afirmava não se poder subdividir por homogênea, Perret distingue dois períodos correspondentes a duas etapas da civilização. As gravuras mais antigas, de traço em U e dimensões gigantescas, apresentando uma pátina negra, são a expressão de povos caçadores. Outro conjunto, de dimensões médias e traço muitas vêzes picotado, algumas vêzes contínuo, reveste-se de pátina ora vermelha ora negra; perante os nossos olhos desfilam girafas, avestruzes, e até cavalos, mas principalmente bois, carneiros, cabras; arte de povos

(19). — R. Capot-Rey, *L'Exploration du Fezzan* (Cahiers Ch. de Foucauld, 11, ff. 27-28).

pastores, incontestavelmente (20). Todavia, nem a caça desapareceu, nem o pastoreio é a única atividade nova: os saarianos neolíticos, aproveitando a recorrência de clima úmido, praticam também a pesca nos rios e lagos, e a agricultura sedentária. O povoamento cobre então todo o Sáara, mesmo as regiões mais tarde desoladas e escalvadas. É o caso do Edeyen (área de dunas sem relêvo pronunciado) de Murzuk e do Grande Erg Oriental. No edeyen, hoje área de 58.000 km² sem um único poço nem fonte, tão escalvado que só de longe em muito longe se avista um tufo de *drinn* ou de *arta* ou de *had*, encontram-se abundantíssimos restos do paleolítico — bifaces acheulenses, pontas e raspadores em grés ou quartzite de técnica atero-musteriense —, e abundantes restos do neolítico: machadinhos chatos, almofarizes, cacos de louça; ao longo do uede Mathendu, do uede Aberho e da passagem de Abahoa sucedem-se as estações de pinturas e gravuras rupestres, representando elefantes, hipopótamos, avestruzes, girafas, bovídeos, bem como homens com máscara de lobos: Capot-Rey data-as do paleolítico superior e do começo do neolítico (21). O paleolítico do Grande Erg Oriental apresenta-se-nos menos rico; se há *coups-de-poing* cheleo-acheulenses, é a utensilagem musteriense que predomina: pontas de sílex, discos facetados, raspadores e raspadeiras, peças pedunculadas de estilo ateriense, pontas foliáceas sbaikienses. Mas quatro quintos dos achados reportam-se ao neolítico, e localizam-se em volta das desaparecidas lagoas: ao lado das pontas foliáceas pseudo-solutrenses, e que lembram o eneolítico egípcio, aparecem os machados polidos, chatos, as mós e pilões, cacos de cerâmica, de exterior vermelho e com decoração geométrica. Os grupos humanos que então habitavam o futuro erg viviam da caça, da pesca, da cultura e da criação de gado grosso (bovinos); tôdas estas atividades eram praticadas pelos mesmos grupos. Aliás a invasão dunar parece ser aqui assás recente; Capot-Rey descobriu as muralhas de uma antiga cidade — El Menzaha —, e a cerâmica que as acompanha é talvez de época romana (22). No Grande Erg Ocidental, pelo contrário, a invasão dunar, embora cortada por curtos episódios úmidos, dera-se no neolítico recente; neste, como no outro erg, os grupos humanos sucederam-se desde o paleolítico antigo até que, com a secura, as dunas vieram expulsá-los e esta área de 80.000 km² de areias, fora das rotas caravaneiras, deixou de ser sequer atravessada (23).

Este Sáara pluvioso do neolítico, bem povoado de camponeses sedentários, de pastores, de caçadores e pescadores, não só se

(20). — R. Perret, *Les gravures rupestres et les peintures à l'ocre du Sahara français et du Fezzan* (Cahiers Ch. de Foucauld, 10, ff. 81-95).

(21). — Capot-Rey, *L'Edeyen de Mourzouk* (Travaux de l'Institut de Recherches Sahariennes, IV, ff. 67-109).

(22). — Capot-Rey, *Exploration de l'Erg Oriental* (idem, idem, ff. 181-187).

(23). — Capot-Rey, *Le Grand Erg Ocidental*.

abre largamente ao contacto das grandes civilizações como até carreia os seus bens culturais ao mundo negro, até o próprio Gôlfo de Guiné. Fundo comum de grupos de civilização relativamente homogênea antes que as oscilações climáticas e a evolução econômica contraponham os povos do grande oásis nilótico aos povos do deserto, ou influência da civilização egípcia junto dos saarianos? Com tôda a probabilidade os dois. Seja como fôr, nós vamos encontrar o culto do deus carneiro — de Amon-Rá — quer nas populações de Benué, quer entre os Mandingas; as pinturas rupestres atestam-no igualmente na Orânia, no Tassili dos Ajjer e no Fezzam, e as lendas de Murzuk continuam a recordá-lo. O touro aparece igualmente divinizado. As representações de discos, quer isoladas quer entre as hastes de touros ou de carneiros, e as suásticas mostram que através do Sáara os homens adoravam o sol e a lua (de que aquelas cruces representam as fases). Religião de Hathor e religião de Isis, religião do rei-deus, identificado ao sol-touro, que as figurações de homens com chifres atestam, ao lado da realeza-feitçaria. As figuras de seres humanos com cabeças de animais prender-se-ão a um fundo totêmico que iria articular-se a um totemismo inicial dos povos nilóticos, proposto por A. Moret e aliás hoje contestado por vários hierólogos e egiptólogos? Entre as tribos de Kufra praticava-se, como no Egito, o embalsamamento do rei morto, até a conquista árabe dos senussistas. Em suma, uma relativa unidade de cultura une, no neo-eneolítico, tôda a África setentrional do Mar Roxo ao Atlântico, do litoral mediterrâneo ao Gôlfo de Guiné. Para as conquistas fundamentais do neolítico — a agricultura, a domesticação e criação de animais, a cerâmica, a fiação e a tecelagem, o machado de pedra polida, o culto do céu chuvoso e da fertilidade, a realeza mágico-divina — o Sáara não formou de forma alguma obstáculo: era então bem permeável.

Para o fim do segundo período da série naturalista, pré-camelina — o período dos povos pastores e agricultores —, e cavalcando sôbre os primórdios da série camelina, as gravuras e pinturas rupestres figuram freqüentemente carros de cavalos a galope e guerreiros com túnica dórica em combate com negros esteatopígijs; os guerreiros usam uma pluma líbica na cabeça: rodeados de bois e carneiros, vêm-se muitas vêzes homens armados de arcos e flechas. O estilo do galope, fortemente alongado, é incontestavelmente micênico, o que fornece, além da indicação de origem da influência, um termo a *quo* para a datação. Assim os carros de cavalos foram introduzidos na África setentrional quando da ocupação da Marmárica pelos Povos do Mar (reinados de Ramsés II e Merneptah) ou a quando da última grande invasão líbica no Egito, durante o Novo Império Tebano. Se os arqueólogos julgaram a princípio que os grupos humanos aparelhados com o carro de cavalos povoaram

tão só o Sáara central — Fezzam, Uenate, Tassili dos Ajjer —, descobertas posteriores revelaram-nos no Adrar dos Iforas e no Air, e a partir de 1938 Monod e seus colaboradores descobriram mais de uma centena no Sáara ocidental; êstes evidentemente mais recentes do que aquelas: a progressão alastrou de Leste, ou Nordeste, para Oeste, ou Sudoeste. E com a progressão deu-se a degradação: a arte do Sáara atlântico nem de longe se compara à do Sáara central.

Assim, durante o primeiro milênio antes de Cristo, a civilização do carro de cavalos difunde-se pelo Sáara e anima-o, mas concentrando-se em três áreas especialmente favoráveis: o Sáara central — Fezzam, Tassili dos Ajjer, Uenate, Ahenete, Ahoggar e, com intensidade muito menor, Adrar e Air —, sul da Orânia, Mauritânia atlântica. Regiões mais propícias à vida, com relativa umidade, toucadas de uma vegetação menos indigente. As condições climáticas gerais devem ser já então semelhantes às dos milênios posteriores à era cristã; todavia a sua ação contínua ainda não teve tempo de matar tantas das fontes de vida que pouco a pouco se extinguirão. Por isso a civilização dos carros de cavalos, por um lado geograficamente mais restrita do que a civilização camponesa anterior, continua a ser de alicerce sedentário ou semi-sedentário, não representa ainda o grande nomadismo, e daí o deixar escapar, através das suas malhas tão largas, vastidões imensas. Mas a evolução do meio físico condena-a irremediavelmente; e os seus elos não são bastante rijos e apertados para entretecer num complexo econômico a Barbaria e o Sudão.

Os homens não podiam deixar de se sentir por completo desamparados perante as transformações físicas de que mal, se jamais, se aperceberiam dada a lentidão do seu ritmo, mas que nem por isso deixavam de os ir ferindo inexoravelmente. Com desespero, agarram-se à magia — contra a aridez crescente e a crescente diminuição dos rebanhos e da caça. E' costume interpretar, na esteira de Joleaud, Gsell, Monod, Perret, etc., tôda a arte saariana e sul-maghrebina como de funções mágicas. Não seria disparatado, no entanto, distinguir talvez três formas cronologicamente sucessivas e de fins diferentes. No paleolítico final e neolítico inicial, fase árida, os homens representam nas gravuras e pinturas rupestres os animais que costumam caçar e cujo número diminui assustadoramente em razão da seca; a base da economia é a caça, e pela figuração das presas os homens crêem que provocam a sua multiplicação e tornam eficazes suas setas e dardos. Com a recorrência úmida o Sáara regorgita de sociedades camponesas e pastoris sedentárias; agora a arte não é instrumento mágico mas sim expressão religiosa — dos grandes cultos que atrás enumerámos. Volta a seca, os rios morrem, as sementeiras fenecem, os grupos huma-

ncs vêm-se obrigados a abandonar as aldeias e a errar; e de novo a arte assume funções mágicas: as inscrições que acompanham as figurações não deixam quaisquer dúvidas, o seu fim é obter mágicamente a coisa nomeada; é assim que no Air começam por: “tenho necessidade de...”; nelas pedem-se armas, casa, alimentos, animais de carga ou de montada.

A menos de admitirmos, por nosso turno, a eficácia da magia, é inevitável concluir que com a progressiva e inexorável aridez só a introdução e difusão do dromedário podia e pôde assegurar a sobrevivência das comunicações trans-saarianas e das próprias aldeias dos oásis, de outro modo terrivelmente solitárias. Carcopino, Monod e Mauny chegam a dar um passo mais, e a dizer que a utilização do camelo estimulou, desenvolveu essas comunicações. Recusam-se, porém, a avançar que tenha feito mais do que isso; a rede de pistas, as articulações fundamentais estariam já traçadas e formadas, simplesmente até aí o transporte efetuava-se a dorso de cavalo ou de boi. Os carros de cavalos não terão tido outra função que não seja a militar ou de deslocamento do grupo.

Enquanto um camelo carrega 150 a 200 quilos, um cavalo ou mula não transporta mais de 50 a 100. Aumento, por conseguinte, de 100 por cento na passagem dêste para aquêle. E' certo que o boi carrega mais do que o dromedário. Mas a incontestável superioridade dêste está em aguentar até 10 ou 15 dias sem beber, e conseguir atravessar desertos desolados onde cavalos e bois morrem facilmente.

Não é tudo. Anteriormente à era cristã só duas rotas atravessavam o Sáara; a rota central (pelo Fezzam ou por Ghadamés e Ghatte) e a rota ocidental, cuja existência Mauny deduz da localização das gravuras rupestres. A última não parece contudo ter desempenhado papel de qualquer relevo: a economia marroquina da Antiguidade só em pequena parte lhe estará ligada, e ainda é problemático que o esteja. Segundo Carcopino, a Liks fenícia, a Lixus romana, a identificar com Xamés cujas ruínas se situam junto ao rio Luco, a 4 km da foz e perto de Larache (24), comerciava com o Sudão, como comerciava Gades, a sua associada na pescaria do atum numa sociedade que ainda funcionava no século II a. C.; tal comércio efetuar-se-ia por via marítima (25). Como Mauny contesta a realidade desta ligação marítima, poder-se-á aventar a hipótese de que o tráfico de Lixus com a África negra corria ao longo da via terrestre balizada pelas gravuras e pinturas rupestres. No tempo do império romano nada atesta todavia a continuação dêste tráfico terrestre, se jamais existiu.

(24). — Gsell e Marez localizavam Lixus no uede Draa.

(25). — J. Carcopino, *Le Maroc antique*, p. 85 ss.

A êste bem reduzido número de comunicações trans-saarianas de débil caudal, as cáfilas de camelos substituem tôda uma rêde de ativa circulação. E pouco a pouco a Barbaria e o Sudão despertam para uma economia nova. O ouro do mundo negro entra na história mundial; e é a revolução do camelo que o introduz.

4. — *Modos de vida e povoamento.*

Ibne Khaldun deixou-nos uma breve mas incisiva descrição de modo de vida dos Zenata, válida aliás para os outros ramos nômadas:

“On remarque chez ce peuple beaucoup d’usages propres aux Arabes; il vit sous la tente, il élève des chameaux, il monte à cheval, il transporte sa demeure d’une localité à l’autre, il passe l’été dans le Tell et l’hiver au désert, il enlève de force les habitants des pays cultivés et il repousse le contrôle d’un gouvernement juste et régulier” (26).

Os Zenata ocupam as estepes e os desertos ao Norte do Grande Erg Ocidental e do Grande Erg Oriental, e intercalam-se como uma cunha pelas planícies subcosteiras entre Marrocos e a Argélia (27). A êles principalmente se deve a criação dos oásis de tamareiras que formam fieira desde Não até Gabés, e os Zenata é que articulam permanentemente êsse cordão de “ilhas” a Marrocos e ao litoral mediterrâneo.

No Sáara a Meio Dia dessa fieira de oásis nomadizam os carneiros embuçados — os berberes que usam o *litham*, pano com que cobrem a parte inferior do rosto. Os berberes embuçados, francamente saarianos, dividem-se num grupo oriental — os Hoggars, descendentes dos Houâra, logo ligados aos Botr, e num grupo ocidental, que genealógicamente se reclama dos Beranés (genealogia talvez fictícia), o que os aparentaria aos Sanhadja serranos, e se subdivide em Tuate, Lemtuna, Lamta, Gazula, Masrata, Uarika; com exceção dos Tuate, estas secções dizem-se Sanhadja ou Zenaga (donde os portugueses formaram o nome de “azenegues”). Ouçamos Ibne Khaldun:

“C’est vers ce pays [reino de Mali] que se rendent les commerçants du Maghreb al-Aqsa [= Marrocos]; non loin au nord est situé le pays des Lamtouna et des autres peuplades des “voilés”, et encore des déserts où ils mènent leur vie de nomades” (28).

(26). — *Histoire des Berbères* (já citado por E. F. Gautier, *Le Passé*, p. 223).
(27). — *Le Passé de l’Afrique du Nord*, págs. 218-223 e mapa da fig. 7.
(28). — *Prolegomènes* (MCAEA, fol. 1340 v.).

E noutro passo:

“...le désert de Nisar, qui s'étend de l'ouest à l'est, et dont les étendues sont parcourues par les marchands entre le Maghreb et le pays des Soudan. C'est ici que vivent les “voilés” des Sinhadja, lesquels se composent d'un grand nombre de sections, comme les Kazoula, les Lamtouna, les Masrata, les Lamta et les Warika. Vers l'est de ces déserts il y a le pays de Fazzan” (29).

Segundo o europeu Antônio Malfante, que em 1447 estava no excelente pôsto de observação do Tuate, os berberes embuçados se-nhoreavam todo o Sáara desde o Egito até o Atlântico — até Messa e Safim. Mas a carta de Mecia de Viladestes, de 1413, desenha ao Sul da Tripolitânia um cameleiro de rosto descoberto; ora Ibne Khaldun igualmente estende só até o Fezzam exclusive a área dos embuçados, que por conseguinte abrangia apenas o Sáara ocidental e central. Que, por outro lado, ainda em meados do século XV os azenegues cameleiros nas proximidades do Oceano usavam o *litham*, sabêmo-lo pela descrição de Cadamosto:

“E questi tali Azanaghi hanno uno stranio costume, che continuamente portano un fazzoolo attorno la testa, con un capo che li viene a traverso il viso, e si cuoprono la bocca e parte del naso”.

Qual a razão dêste uso? A Cadamosto explicavam os azenegues

“che la bocca é una bruta cosa, ché continuamente rende ventosidade e malfiato; e pertanto si deve tener coperta, e non la mostrare, volendola quasi comparar al culo; e che queste due parti si debbono coprire. E' vero che essi mai non se la discuoprono, avendovele veduti molti, salvo quando mangiano e no piú” (30).

Explicação diferente expuseram os Tuate ao genovês Malfante:

“Trazem a boca e o nariz cobertos. Aqui vi vários dêstes filisteus: perguntei-lhes por um intérprete a razão dêste uso, ao que me responderam: — “Tal é o costume legado pelos nossos antepassados”.

A verdade é que ainda hoje se não conseguiu estabelecer com segurança a razão do uso do *litham*. Para Maurice Delafosse, o véu apareceu com a passagem da sedentariedade ao nomadismo, inventado pelos berberes a fim de proteger a bôca dos ventos que

(29). — *Prolegomènes* (MCAEA, fol. 1341).

(30). — *Navegação Primeira*, cap. X.

excitam a sêde, e o rosto das poeiras e das areias (31). Segundo outros historiadores, o *litham* assumiu de início feição mágico-religiosa, destinava-se a evitar o rapto da alma ou a entrada dos espíritos malignos pelos orifícios do crânio, e depois perpetuou-se por rotina, pelo caráter sagrado da tradição; o que não significa que outros nômadas, fora dos Tuaregue, não cubram por vêzes o rosto por mera função utilitária (32). A interpretação mágico-religiosa afigura-se-nos a mais plausível, principalmente se relacionarmos o uso do *litham* com as figurações da arte rupestre. Na verdade, as gravuras do uede Djerate estudadas por Gautier, quando figuram seres humanos, apresentam-nos acéfalos ou com cabeça de cão ou de chacal. Se a cinocefalia é a forma mais freqüente, logo seguida da acefalia, num caso aparece um rosto mascarado: Killian interpretaria de bom grade esta figuração como do *litham*. Seja como fôr, o que parece indubitável é que para as sociedades que criaram estas gravuras rupestres o rosto humano era tabú. Dêste caráter proibido, secreto, da face humana pode verosimilmente ter decorrido o hábito de a velar. Não é contraditório acrescentar que a utilidade de tal proteção contra os ventos e poeiras contribuiu para a adopção, difusão e persistência do uso do véu sagrado. Problema não resolvido mas que vale bem a pena pôr e procurar resolver (nisto nos separamos de Monod, que o considera ocioso); e a pista indicada parece que deve conduzir ao fim em vista.

Quando em 1447 Malfante esteve no Tuate, encontrou aqui numerosa e poderosa colônia de judeus que controlavam o grosso comércio trans-saariano. Ainda no século XVI pelo Sáara marroquino nomadizavam também bandos judaicos. A presença dêste elemento de população no mundo saariano remonta aos primórdios da era cristã: no século I estão já instalados no Tuate. Em 115, sob Trajano, revoltaram-se na Cirenáica, e a sublevação durou até o advento de Adriano. Uma repressão severa levou-os a emigrar em massa para o Mzabe, Gurarah e Tuate, aonde se dá nova imigração no século VI. Dêstes focos a sua influência irradiou persistente e fortemente: uma parte dos Zenata converteu-se ao judaísmo, e o mesmo fizeram mais tarde os Árabes. Estas populações judaicas ou judaizadas resistiram a sucessivas islamizações: mal os exércitos muçulmanos se afastavam, voltava-se às práticas judaicas, que tinham como metrópole religiosa Tamentite, no Tuate. Neste círculo de oásis, numerosos *ksur* — aldeias fortificadas — continuaram a ser habitados por judeus, até que cerca de 1320 êstes perderam a hegemonia e ficaram politicamente subordinados (33).

E' possível que aos judeus e berberes judaizados se deva atri-

(31). — *Hespéris*, 1924, p. 156.

(32). — Eydoux, *L'Homme et le Sahara*, p. 39-40.

(33). — Martin, *Les oasis*, pp. 37-131.

buir a valorização, se não a criação, dos oásis do Tuate-Gurarah e do Tafilelte. Na Mauritânia, a darmos crédito a certas tradições, teriam sido igualmente tais elementos populacionais — judeus, *bafur* brancos — que teriam introduzido a tamareira, criando os palmares, e aberto os poços de pedra, construído as habitações (34). Seja como fôr, aos judeus e berberes judaizados do Tuate e Tafilelte cabe boa parte da iniciativa da criação do grande tráfico transsaariano (35).

As gravuras e pinturas rupestres representam por vêzes cenas de guerra, muito provávelmente entre grupos negros ou negróides e grupos brancos. E' possível que uma população negra ou negróide tenha recoberto todo o Sáara até o Atlas, talvez no Paleolítico e Neolítico inicial. Ainda na Antigüidade clássica os negros estavam presentes no litoral atlântico, do Senegal ao sul de Marrocos. Até os séculos XI e XII, no Sáara central, os berberes, camelheiros, formam tão só pequenas "ilhas" no oceano dos negros zaghavienses; e do mesmo modo até o Tuate ao Norte continuava basto povoamento negro. O império mandinga ainda no século XIV senhoreava até êstes oásis; e no século XVI as minas de sal de Tagaza mantinham-se sob senhorio negro, até que a expedição marroquina de 1591 os desalojou. No Sáara central, o Air foi primeiro povoado pelos negros Haússa: o seu primeiro nome, Asben, da mesma raiz que Abissínia, que o árabe Habesh e que Agizimba, significa "país ocupado por negros"; depois é que, vindos do Norte por várias rotas e em datas várias, chegaram os Tuaregues, embora já com a segunda vaga haússa tivessem vindo embuçados azenegues do Oeste. Isto explica que em Agadez se falasse songhai, língua negra, e não tamachaque, a língua targui, no tempo de Barth; e se tôda a população usa o véu, ainda no nosso século o elemento songhai predomina (36). Nos oásis setentrionais, ao invés, a população negra é constituída pelos escravos ou cultivadores adscritos — *harratin* — importados da Guiné para mão-de-obra agrícola; é assim que no Gurarah as festas de caráter sudanês são realizadas exclusivamente pela camada servil.

As diferenças genéticas de povoamento traduzem-se pelas oposições de tipos de folguedos. Um contraste basilar: a um lado as festas compostas de dansas, logo predominantemente coreográficas, a outro lado as festas em que a assembléia passa o tempo a cantar, portanto predominantemente auditivas, de quase nulo elemento coreográfico. As primeiras são negras, as últimas, berberes e árabes. A dansa negra é acompanhada de canto abafado por

(34). — Lucas, *Considerations sur l'ethnique maure* (*Journal de la Société des Africanistes*, I, 1931, ff. 151-94. Devo a Monod esta indicação.

(35). — E. F. Gautier, *Anciennes voies*, p. 557-558.

(36). — Rodd, págs. 363-364 e 117.

tambores e atabales; o canto berbere e árabe é acompanhado de bater as palmas e patear, bem como de certos ritmos corpóreos; mas a antítese nem por isso é menos evidente. Já entre os folguedos berberes e os árabes não se patenteia nítido contraste (37).

Em meados do século XI dá-sê no Norte de África a invasão dos beduínos — os árabes Hilal e Soleim —, igualmente grandes nômadas cameleiros e cavaleiros, que vivem em tendas. A primeira invasão árabe — a do século VII — fôra uma conquista organizada por um govêrno e que levava a dominar as cidades, a organizar uma administração. Agora é todo um povo, com mulheres e crianças, perfazendo 200.000 indivíduos, que vem instalar-se no deserto, sem pretender governar a civilização urbana mas desorganizando-a. Em contacto com os beduínos, os Zenata e outros berberes arabizam-se e constitui-se assim a massa saariana dos “árabes” (38). Por meados do século XIV os árabes Beni-Hassan, hoje conhecidos por “mourous”, ocupam já grande parte da região desde Dar’a ao Senegal, onde anteriormente nomadizavam os berberes; e êstes Sanhadja, Zenaga ou Azenegues passam a depender dos “alarves”, a tal ponto que o seu nome se tornou sinônimo de tributários. À imitação dos Beni-Hassan, os azenegues começam a abandonar o véu (39).

Por esta forma ficaram constituídos os três grupos humanos do Sáara ocidental: alarves (ou árabes), isto é, nômadas senhores, azenegues ou nômadas tributários, e bárbaros ou sedentários sujeitos.

(37). — Roget, *Fêtes religieuses au Gourara*.

(38). — E. F. Gautier, *Le Passé de l'Afrique du Nord*, Livro IV, cap. X e conclusão.

(39). — M. Delafosse, *Hespéris* 1924, pág. 161.

CAPÍTULO II

A IMAGEM DO DESERTO E OS NÔMADAS CAMELEIROS.

I. — *A imagem do deserto. A flora e a fauna.*

A *Crônica da Guiné* insere um curto esboceto do Sáara debuxado por João Fernandes, que em 1444 passou sete meses no deserto:

“E disse que esta terra é tôda arenosa sem alguma erva, sòmente pelas várzeas ou baixios que tem alguma erva, de que os gados hão seu fraco govêrno; tem porém outeiros e serras, todos de areia. E dura esta terra dês Tagaoz (40) até terra de Negros, e vai cerrar com o mar Medioterreno, no cabo do reino de Tunes, a Mondebarque. E dali vai tôda terra, tal como esta que tenho dito, des o mar Medioterreno até os negros e até Alexandria, a qual é tôda povoada de gente de pastores, dela mais dela menos, segundo tem o pasto para os gados; nem há em ela árvores senão pequenas, assim como figueiras do inferno ou espinheiros, e em alguns lugares há aí palmeiras. E totalas águas são de poços, sem nenhuns rios correntes, senão em mui poucos lugares; e a anchura desta terra serão 300 léguas, e em longura mil, que se não metem em ela outros lugares nobres senão Alexandria e o Cairo” (41).

Confronte-se com as palavras de Cadamosto:

“e desde o cabo de Cantim pela costa até o Cabo Branco principiam as terras arenosas, que é o Deserto, o qual confina pela parte do Norte com as montanhas que cercam esta nossa Barbaria de aquém de Tunes e de aquém de tôdas aquelas povoações da costa; Deserto que os ditos alarves chamam Sáara; e da parte do Sul confina com os negros da Etiópia; e é de tão extraordinária grandeza, que um homem a cavallo gasta cinqüenta e sessenta dias a atravessá-lo, em uns lugares mais, em outros menos. Este deserto vem beber no mar Oceano sôbre a costa, que é tôda arenosa, branca e sêca” (42). “As terras dêste deserto são muito calmosas e de poucas águas,

(40). — O Visconde de Santarém identificou Tagaoz com Tagaza, quando na realidade se trata de Tagaoste, povoação junto ao uede Nul, no Marrocos saariano.

(41). — Zurara, cap. LXXVII.

(42). — Cap. VII da *Navegação Primeira*.

e por este motivo o país é sêco e estéril; e não há chuvas nestas paragens, senão em os três meses do ano, agosto, setembro e outubro” (43).

Ouçamos Diogo Gomes:

“a qual terra arenosa passa ao pé dos Montes Claros [= Atlas] e vai até o Monte Sinai, e ainda além, e se chama Mar Arenoso, e tem de largura 37 jornadas, dividindo os homens brancos e pretos uns dos outros”; e noutro passo: “naquela terra não há árvore alguma nem erva”.

Imagem do Sáara arenoso de lés a lés, e até a bela expressão de “mar de areia” para o qualificar. Não admira que eia se gravasse na retina dos primeiros europeus a tomar contacto com o deserto; e depois, naturalmente, tornou-se clássica. Imagem que sugere uma impressão global, logo falsa como quase tôdas as impressões sincréticas iniciais. Que as areias ocupam quando muito 1/5, talvez mesmo só 1/8 do Sáara, sabêmo-lo hoje (44). Sob a forma quer de sucessivas dunas de relêvo acusado — *ergs* —, quer de formações arenosas achatadas — *edeyen*. Os principais blocos de areias são os *ergs* Chech e Iguidi, Grande Erg Ocidental (80.000 km², sem contar os *ergs* para lá do rio Saura), Grande Erg Oriental, Grande Erg Líbico (mais de 100.000 km²), *edeyens* de Murzuk (58.000 km²) e de Ubari. As dunas, que se dispõem paralelamente à direção dos ventos dominantes (o que já não acontece com os *siuf*) medem 50 a 150 m de altura no Grande Erg Ocidental, elevando-se no Grande Erg Oriental, onde são excepcionalmente altas e cerradas — *oghruud* — a 200 e 300 m, com 3 a 5 km de comprimento. Mas mais desolados e hostis do que os *ergs* e *edeyens* mostram-se os planaltos pedregosos — as *hamadas*, de afloramentos calcário-silicosos e de seixos de quartzo. Outros *tanezrufts* que não as *hamadas*, bem menos repulsivos do que elas, e até freqüentados por cáfilas, são constituídos quer de formações cristalinas quer de planaltos baixos e pequenas falésias argilo-gipsosos e marno-calcários (Monod). Por meio das dunas ou quase na periferia das planícies arenosas correm por vêzes corredores de chão pedregoso, que de quando em quando formam também verdadeiras planícies de seixos cobrindo um fundo de areia e pedras; dêstes *regs* as caravanas escolhem em geral os interdunares para suas pistas.

Deserto completamente despido de manto vegetal: assim Diogo Gomes pinta o Sáara, e esta imagem de integral nudês tam-

(43). — Idem, cap. XIV. Zurara fala também que “as calmas daquela terra são mui grandes, e assim o pó das areias”. (Cap. LXXVII). Em Valentim Fernandes encontra-se uma descrição das “troboadas” (pág. 63).

(44). — *L'Homme et le Sahara*, pág. 9; Bernard, pág. 307.

bém colore o quadro popular. E na verdade quem vá ao Ahoggar ao Air percorre 250 km de terra absolutamente escalvada; do Ahoggar ao Adrar dos Iforas ou a Tagaza e Taudeni a paisagem quase não difere daquela, só com extrema raridade se avista uma pobre árvore ou um tapetinho de erva rasteira e miserável; entre o Air e o Kaùar contempla-se igual monotonia. São os *tanezrufts* ou *ténére*, quer dizer os desertos máximos, os desertos no sentido rigoroso do termo, completamente estéreis, sem água nem pastos nenhuns. O Sáara líbico entra quase todo êle neste quadro, onde só destoa o oásis de Kufra. “E’ a parte mais áspera e desolada do Sáara inteiro” (Bernard), nem os nômadas por aqui circulam; um *erg* de morte cobre mais de 100.000 km².

No nosso tempo nenhum grupo humano vive no Edeyen de Murzuk, nem nenhuma cáfila sequer o atravessa: é que, qualquer que seja o sentido da marcha, percorrem-se 300 ou 350 km sem encontrar um único poço, uma só fonte; a vegetação não passa do *Atriplex Holimus* na face setentrional, da *Tamarix articulata* na face nascente, de pequeninas moitas de *drinn*, tanta vez reduzido a raízes mortas, e outras de *arta* (*Calligonum arta*) e de *had* (*Cornulaca monacantha*) no coração e na maior área do edeyen, no conjunto bem escalvado, nu; mas se por acaso há um ano de chuva forte, plantas, insetos voadores vêm animar a desolação (Capot-Rey).

Mas os *tanezrufts* são geralmente planícies ou planaltos pedregosos, e não *ergs*. A hamada el Homra, por exemplo, que prolonga por todo o Sul da Tripolitânia a hamada de Tinrherte, é um planalto calcáreo — o “planalto vermelho” —, de 100.000 km², sem uma gota de água, sem uma planta, sem um inseto; “as próprias aves a evitam” (45).

Entre o Messak, faixa poente da cercadura tassiliana (plánaltica) do Edeyen de Murzuk, e a serra Tadrarte que lhe fica a Oeste disposta segundo a direção meridiana, corre um *reg* — corredor de pedra — sem árvores, completamente nu: as chuvas caem raras vêzes, e o vento tudo varre (Capot-Rey); todavia, porque ladeado de serras com águas e vegetação relativamente abundante, as caravanas calcurriam-no sem receio.

Todavia as áreas totalmente inóspitas à vida não cobrem todo o Sáara, abrangem apenas uma parte dêle, acumulando-se principalmente ao redor dos oásis do centro e alastrando pela maior extensão do deserto oriental. O Sáara ocidental é muito menos escalvado e mais propício à vegetação.

Entre a faixa setentrional dos oásis fluviais ou artesianos de tamareiras e a faixa meridional sub-saariana ou saheliana temos assim o Sáara propriamente dito com vastas superfícies de abso-

(45). — Bernard, pág. 374.

luta esterilidade, onde nunca chove, mas também com outras regiões menos hostis à vida, toucadas de longe em longe de flora conquanto pouco variada, e animadas por uma fauna aliás de igual modo restrita. No meio da desolação, um pobre uede empapa o leito de um falecido rio quaternário, e aí o chão reveste-se de erva e vive uma ou outra árvore, mesmo em pleno *tanezruft* (46). Fora destes oásis encontra-se uma pobre e rasteira vegetação ocasional: com as trovoadas chove, e logo no próprio dia em que chove começa a nascer erva pelo chão; ao outro dia faz-se alta, e em poucos dias cresce de tal forma que se não pode romper caminho; não chega, porém, a durar um mês, em curto prazo de finha e seca. Tôdas estas ervas são de espinho; uma das espécies é larga e estira-se pelo chão, com fruto de três pontas, e é igual à que em Portugal desponta em alguns areais; os camelos não as desdenham. Aqui e além, com freqüência, depara-se uma moita de “esparto”, maior do que o esparto europeu; trata-se, aliás, de duas gramíneas diferentes, aquela, que os mouros designam por *sbot*, é a *Aristida pungens* Derf, e a portugüesa é a *Stipa tenacissima* Lineu (47).

Arvoredo, raras vêzes se descortina na paisagem, sendo menos escasso nas proximidades do Oceano. Nos oásis maiores vicejam as palmeiras; nos outros só árvores pequenas — figueiras do inferno (*Euphorbia balsamifera*) ou espinheiros (*Acaciae*) (48). Os camelos comem as fôlhas e os frutos dessas figueiras, como de outras árvores e arbustos; são, aliás, como outros animais, grandes inimigos da vegetação, sem a qual não podem contudo viver; e com o ardor do sol e o deslocar das areias pelos ventos não admira que as árvores se mostrem raquíticas (49). Mas, além das palmeiras e figueiras do inferno, ainda se contam no Sáara outras espécies:

“Outras aruores ha hy q tem as folhas como o ly-moeiro ou cydroejro e assy aquellas pontas. E estas dam cerejas muy fremosas bicaes e nõ tem corço e sã muyto sê sabor e nõ tem sabor de fruyta”.

Monod identifica esta árvore com a que os indígenas denominam *igné* e que é a *Calparis decidua* Pax.

“Outras aruores ha hy próprias como aquellas porê a fruita dellas he como almeixas brãcas muy fremosas quãdo sõ maduras e som a mais amarga cousa do mundo e quãdo sõ secas e passadas no sol sõ doces”.

(46). — Bernard, págs. 316-319.

(47). — V. Fernandes, f. 84; e nota de Monod (p. 166).

(48). — Zurara, cap. LXXVII.

(49). — Valentim Fernandes, fol. 83 v. 84 v. (pág. 60).

Trata-se da *Balanites aegyptiaca* Delille (Monod, p. 164), que começa a aparecer setentrionalmente a partir do Tidikelte e Tassili dos Ajjers, tornando-se freqüente para o Sul de 23°. Deve ser a mesma árvore que a mencionada noutra passo de V. Fernandes como árvore de cuja “côdea” se fabrica sabão excelente.

“Outras aruores ha hy de folha meuda como murta e da muyto fruito e he proprio como a grãa, porê he muyto doce como se teuesse mel e nunca homê se pode fatar della por ser tâ meuda e chamã-lhe os mouros, algalie q quer dizer pouco” (50).

Segundo Monod, é a *Grewia populifolia* Vahl, a que os mouros chamam *legleia* (a algalie de V. Fernandes). As outros árvores que pertencem à flora saariana e V. Fernandes refere são as “árvores de goma” — *Acaciae*, quer a *Acacia Senegal* Lineu, que é a árvore de goma pròpriamente dita, quer a *Acacia Radđiana* Savi e a *Seyal* Delille — e as árvores de “terebentina” — a *Commiphora africana*, que segrega uma goma resinosa (Monod, pp. 165-166).

Na total vastidão do Sáara contam-se quando muito 1.000 espécies vegetais, número três ou quatro vêzes menor do que o das espécies da Barbaria e só 1/7 do das espécies de todo o pequeno mundo mediterrâneo. Vimos, em todo o caso, que V. Fernandes corrige Diogo Gomes quanto à afirmação da absoluta nudez, e a descrição da *Crônica da Guiné*, que acima transcrevemos, também é exata.

“Si hostile qu'il soit à la vie, le Sahara a une végétation. Il serait aussi inexact de parler d'un tapis végétal que de dire que le pays est chauve. Toutes les formes végétales s'y trouvent représentées et, s'il existe des zones dépourvues de toutes plantes, on peut également voir des boisements d'une certaine importance. Th. Monod a relevé que l'on pouvait traverser tout le Sahara occidental, du Maroc au Sénégal, sans manquer de bois un seul jour, en rencontrant quotidiennement des arbres, mais que, par contre, on pouvait parcourir 2.500 kilomètres en ligne droite, de l'Adafer à Biskra, sans en voir un seul” (51).

Do ponto de vista fitogeográfico, o Sáara forma, com o Sinde e outras zonas intermédias, o grande reino saaro-sindiano, entre o reino mediterrâneo ao Norte e o reino sudano-decanês ao Sul. A sua vegetação característica compõe-se de *Cornulaca monacanta* — o *had*, bom pasto para o gado —, *Calligonum comosum*, *Molthia callosa*, *Bassia muricata*, *Neurada procumbens*, *Crotala*

(50). — Idem, fol. 82 v. (pág. 59).

(51). — *L'Homme et le Sahara*, pág. 10.

ria Saharæ, Aristida pungens — o “esparto” de Valentim Fernandes. Do Sáara assim definido — em sentido estrito — como unidade fitogeográfica, ficam excluídas as terras que se estendem entre a Barbaria e os grandes ergs, a integrar no reino mediterrâneo onde constituem a província mauritano-estépica; igualmente se excluem as terras a meio-dia de uma linha traçada desde o Cabo Timris, a 19° de latitude, no Atlântico, e que passa ao Norte do Adrar dos Iforas, infletindo depois para o lago Tchade; esta faixa de transição para o reino sudano-decanês recebeu o nome de Sahel-litoral.

O Sáara *strictu senso* não é porém completamente uniforme quanto às formações botânicas. Segundo o sentido das suas afinidades, uma linha que corre de 29° de latitude Norte, no Sáara Central (Tadmaite) a 19° junto do Oceano, separa a província sáaro-mediterrânea da província sáaro-sudanesa; esta avança assim até perto do mar Mediterrâneo no Sáara central, e abrange os grandes maciços montanhosos ou planálticos: Ahoggar, Tassili dos Ajers, Tadrarte. No conjunto, a flora sáaro-mediterrânea, além de contar número considerável de gêneros e espécies desconhecidas na província meridional do deserto, apresenta-se mais difusa, ao passo que a flora sáaro-sudanesa está mais concentrada mas apresenta fortes infiltrações de elementos sudano-decaneses, além de elementos de ligação entre os dois reinos, tais como a *Aerva persica*, a *Cassia obovata*, a *Acacia Raddiana* e o *Panicum Turgidum* (52).

Haveria que retocar êste quadro global com certas pinceladas para dar as côres locais. Evidentemente o litoral beneficia da presença do Oceano, cuja influência avança até longe pelo sertão, determinando uma zona sub-atlântica. Exemplifiquemos com a área entre o Ahoggar, o Adrar dos Iforas e o Air (53). Nos *tassilis* (planaltos) ao Sul do maciço do Ahoggar, só vive vegetação permanente nos leitos das torrentes e toalhas de dispersão de águas, fora daí é nula. Para meio dia de In Guezzan, ou seja tôda a metade setentrional da planície de Tamesna, até o uede Tasselamane, não se avistam árvores, salvo raras acácias (*Acacia Seyal Del.*) nos leitos das correntes, ao lado de *Panicum turgidum*, *Lasiurus hirsutus* e *Andropogon proximus*; fora destas fitas, a vegetação permanente é menos abundante, compõe-se de *Aristida acutiflora*, de *had*, de *Aerva persica*, *Crotalaria Saharæ*, *Chrozophora Brachiana*; durante o outono, a seguir às chuvas, e até janeiro, por vêzes março, a planície cobre-se de uma vegetação temporária que chega a compor formações cerradas de terófitas (três variedades de *Tri-*

(52). — Para êstes 2 parágrafos, o estudo essencial é Monod, *Notes botaniques*.

(53). — Maire e Volkansky, *Le passage*.

bulus predominam); nas dunas são outras as plantas que as chuvas fazem nascer; em suma, esta parte da Tamesna pode-se caracterizar por pastagens saarianas de inverno.

A altitude também modifica, como seria de esperar, o manto vegetal. E' assim que no Ahoggar, cuja flora consta de *Myrtus Nivellei* (mirto) e *Neium oleander* (loureiro rosa), com infiltrações sudanesas, aliás escassas — o arbusto *Boseia senegalensis*, e certas formas de acácia (*laeta*, *albida* e *arabica*), a partir de 1500 m entra-se num andar mediterrâneo, com uma espécie de oliveira a *Olea Laperrioniei* (54).

A pequena variedade de flora e a sua concentração deixando extensas áreas nuas, bem como a escassez da água, determinam a fraca densidade da fauna, especialmente de carnívoros, que não se internam em geral para além das orlas do deserto. Diz Cadamosto que no Sáara se encontra cópia de leões e leopardos (cap. IX da *Navegação Primeira*); contradí-lo a *Descrição* de João Rodrigues, onde se lê:

“Nestes desertos nõ ha lyões nẽ onças nem aliffâtes”.

A verdade é que o leão só habita o Air, conquanto faça incursões ao Adrar dos Iforas na estação chuvosa. A citada *Descrição* acrescenta:

“porem ha hy caães brauos a q os mouros chamã keleb alfaz. q quer dizer caães ferozes e assy ho sã ca os nõ podẽ fazer mãos por pequenos q os tome e sã pardos de coor de lobos. Estes caães comẽ as eymas pequenas e qualquer outra cousa cõ q podẽ” (55).

Entre os animais selvagens contam-se principalmente antas (antílopes *Orys*), emas ou avestruzes, corças, gazelas, porcos espinhos, ouriços-cacheiros, gatos de algália (56), chacais. Da ema aproveitam-se a carne e os ovos, muito saborosos. A anta fornece magnífica carne e

“Da pelle dâta fazẽ as melhores adargas do mundo q nenhuma lança nõ passa, e valem cõ suas exaraffas 10 e 20 cruzados” (57).

E' de destacar o fato de no século XV ainda o avestruz ocupar todo o Sáara, donde posteriormente desapareceu, como em via de

(54). — Killian, *Expédition*.

(55). — Manuscrito de V. Fernandes, fol. 80 (pág. 57).

(56). — “Hic habentur multo structiones et gazellae quae sunt bestiae vulgariter dictae gatae de Algalia, cujus testiculi et vulue sunt maxime odoris sicut musci”. Diogo Gomes (“Aqui têm muitas avestruzes e gazelas, que são animais vulgarmente chamados gatos de Algália, cujos testiculos e vulvas têm fortissimo aroma parecido com o almiscar”).

(57). — V. Fernandes, fol. 79 v. — 81 (págs. 56-58).

desaparecimento estão os antílopes. No Air, Adrar dos Iforas e Tibesti encontra-se o carneiro montês (Bernard). As aves são sem conto, análogas às europeias em geral: corvos, cotovias, calandras, codornizes (às vêzes tantas em bando que quase encobrem o sol), rôlas, perdizes, andorinhas; em grande parte migram das regiões setentrionais para invernaem nas regiões quentes (58). Com os gafanhotos e lagartos (59), ambos aproveitados pelo homem, completamos talvez as espécies principais do quadro da fauna saariana.

2. — Meios de locomoção e transporte. A criação de gado e caça.

A economia saariana, exceptuadas as “ilhas” de sedentariedade e os pobres xirmeiros do litoral, assenta no pastoreio nômade. Alarves e azenegues — no século XV, todos da seita de Mafamede — deslocam-se pelos campos com seu gado, transportando as tendas (60).

A arraia miúda anda geralmente a pé; os nobres montam camelos ou, o que é mais raro e se restringe a certas áreas, cavalos (61).

“Disse [João Fernandes] que as calmas daquela terra são mui grandes, e assim o pó das areias; e a gente de pé muita, e por conseguinte poucos de cavalo, porque os de mais, que não são para andar de pé, andam sôbre camelos, dos quaes alguns são brancos, que andam no dia cincoenta léguas”. (*Crônica da Guiné*, cap. LXXVII).

E’ certo que Leão-o-Africano escreve que o camelo é a única montada dos berberes Zenaga, Guenzinga, Targa, Lamta e Berdeoa, reservando a utilização dos cavalos aos “árabes” do Sáara setentrional, que dêles têm grande cópia e com êles traficam na Terra dos Negros (62); mas êstes “árabes” são em parte berberes arabizados, e se não há dúvida de que essa faixa nortenha é uma das regiões saarianas de cavalos, que não ocupam todo o deserto, a verdade também é que quanto ao Sáara atlântico dispomos, além do testemunho de João Fernandes, do de Cadamosto:

(58). — Idem, fol. 81 v. (pág. 58); *Crônica da Guiné*, cap. LXXVII: “e que há naquella terra muitas emas e antas e gazelas, e muitas perdizes e muitas lebres; e que das andorinhas que de cá partem no verão, que ali vão invernar sôbre aquellas areias, creio que seja por razão da quentura; e assim vão lá outros pássaros pequenos, mas que as cegonhas passam à Terra dos Negros, onde mantêm o inverno”.

(59). — V. Fernandes, fol. 81-81 v. e 82 (pág. 58-59).

(60). — *Crônica da Guiné*, cap. LXXVII.

(61). — Cf. outro passo: “e tôda a outra terra possuem êstes Alarves e Azenegues, que são pastores de cavalo e de pé, e que andam sôbre os campos como já tenho dito” (cap. LXXVII).

(62). — I, pág. 49 e 57.

“Cavalgam também em cavalos à mourisca, mas têm poucos, e não os podem manter por ser o país estéril, e porque devido ao grande calor não podem viver muito tempo” (63).

Cinco séculos atrás, já Ibne Háucal, descrevendo os berberes saarianos, distinguia a um lado as tribos que dispunham tanto do camelo como do cavalo e a outro as que, por nomadizarem em regiões menos favoráveis, só possuíam dromedários (p. 258). Por Malfante sabemos que o cavalo servia de montada também aos embuçados Tuate, cavaleiros incomparáveis que montam sem estribos e com esporas. No deserto a resistência e velocidade do camelo excedem as do cavalo: o dromedário branco percorre numa jornada a distância que o cavalo percorre em quatro (Malfante) — umas cinquenta léguas, no cômputo exageradíssimo de João Fernandes. Nas zonas de transição, porém, ou seja, no Sáara setentrional e nas faixas sub-saariana e saheliana meridionais, o cavalo assegura a superioridade militar dos grupos que o possuem sobre os que só montam o camelo. E' certo que, em certas condições, como mostrou E. F. Gautier, o cavaleiro em combate fica inferiorizado em relação ao adversário comeleiro, porque a sua montada sente medo do dromedário: vândalos e bizantinos experimentaram à sua custa o choque com a linha de camelos. Mas de maneira geral, segundo o testemunho atual tanto dos Tuaregue como dos Chaamba e Regueibate, não se combate montado no dromedário, o meharista apeia-se para a pelêja e luta como peão; e compreende-se, porquanto se comanda facilmente o cavalo, mas não o camelo. Para a guerra, e só para ela, é que as tribos compravam e mantinham os cavalos. Quando os nômadas do Zemur iam em fossado até o Tagante, levavam um cavalo por cada quatro camelos. Mas a marcha pròpriamente tem que se fazer a camelo, e aquela razão não pode ser excedida porque os camelos é que levam a provisão de água para os cavalos (64). Resta saber se nos séculos XIX e XX o cavalo não beneficia já de uma plurisecular habituação ao dromedário que lhe tenha feito perder o medo; a ser assim, não admira que os primeiros embates lhe tenham sido desfavoráveis.

No Sáara litoral e sub-atlântico o asno serve igualmente de montada, e até o boi, a que o boieiro abre dois orifícios no nariz, por onde passa uma espécie de freio (V. Fernandes, fol. 80, p. 57). Asnos e bois são utilizados para o transporte de cargas (65).

E os carros de cavalos e de bois que rodaram pelo Sáara entre 1.000 e 400 a. C.? Nenhuma sobrevivência se pôde até hoje constatar. Julgou-se algum tempo, na fé de uma interpretação de um

(63). — *Navegação Primeira*, cap. XIV.

(64). — Dubief, *Une mission*, p. 202.

(65). — Zurara e V. Fernandes.

passo da *Crônica da Guiné* (cap. LXXVI), que os grupos nômadas do Sáara litoral e sub-atlântico se serviam no século XV de carroças a que cabia a dupla função de meio de transporte e de habitação (66). Todavia o termo que se lê no texto de Zurara — alquitão — é a transposição de uma palavra árabe “que designa geralmente uma pequena tenda de pano” (67). Assim somos levados a concluir que a civilização dos carros não deixou traços na vida cotidiana, e que os saarianos da Idade Média e dos Tempos Modernos não dispuseram de quaisquer veículos.

Apesar da escassez dos pastos, a criação de gado é a base principal e quase única da economia nômade, e dentro dela o camelo ocupa posição de excepcional relêvo. Seria interessante conhecermos o número de dromedários de que dispunham as tribos; infelizmente, porém, isso não é possível quase nunca. Temberutam, rei do império berbere com capital em Audaghoste e que abarcava o Sáara entre o mundo negro e a Serra Bafor (século X), possuía 30.000 camelos confiados à vigilância de 200 guardiões (68). Os mouros Regueibate que nomadizam entre o planalto de Dar'a e a Serra Bafor, têm no século XX 80.000 dromedários. Todavia a criação de gado abrange ainda os bovinos, cabras, ovelhas, asnos (69) e, só em regiões restritas, cavalos. Alguns grupos circunscrevem as suas deambulações a zonas de curto raio e dedicam-se de preferência ao pastoreio de gado miúdo, embora disponham também de um certo número de camelos; é exemplo o grupo de ovelheiros com que João Fernandes se interna pelo sertão quando ficou no Rio do Ouro (70). Os Regueibate, ao invés, chegam a percorrer 700 a 800 km para mudarem de pastagem.

Ao lado do pastoreio, a caça desempenhava no século XV papel de maior relêvo do que desempenharia no século XIX.

“Os azenegues sã os caçadores dalimarias e as tomã em cordas”, com o auxílio de cães (71);

o *Esmeraldo* fala de igual modo da caça com cordas (cap. 25 do Livro I). Leão-o-Africano indica, no mesmo sentido, que uma das grandes atividades dos Zenaga consiste em caçar (72). Os animais caçados eram sobretudo gazelas, avestruzes, antas, lebres. À paulada abatem-se as várias aves que em número infindo cobrem os céus, especialmente no litoral da região de Arguim. Mas os azene-

(66). — R. Ricard, *Les portugais et le Sahara*.

(67). — R. Ricard, *Les "alquitões"; Monod, Nouvelles figurations*.

(68). — Ibne Háucal.

(69). — V. Fernandes, fol. 79 v. (pág. 56). Cadamosto, cap. IX da *Navegação Primeira*: “Hanno esiam vacche e capre, ma non molte, perché la terre à secca; e sono i buoi e le vacche piccoli a rispetto de' nostri”.

(70). — *Crônica da Guiné*, cap. LXXVII.

(71). — V. Fernandes, fol. 81 (pág. 58).

(72). — *De l'Afrique*, I, pág. 51.

gues, quando a fome aperta, não desdenham apanhar animais tais como cobras, lagartos e gafanhotos.

Da praga dos gafanhotos e seus desastrosos efeitos deixou-nos Cadamosto uma descrição:

“Também ouvi dizer que em alguns anos aparece grandíssima cópia de locustas do comprimento de um dedo, que voam e são como os gafanhotos que nascem e saltam nos prados; mas aquelas são maiores, vermelhas e amarelas; e aparecem no ar em tanta quantidade em certos tempos, que o cobrem de modo que se não vê o sol; e quanto alcança a vista de um homem, doze a dezasseis milhas ao redor, tudo se vê coberto destes animais, tanto o ar como a terra, que parece uma coisa estupenda; e aonde chegam não fica coisa alguma que não seja destruída; consideram-nos uma grande pestilência, e se apareassem todos os anos não se poderiam habitar os ditos países; mas não vêm senão uma vez em três ou quatro anos; e na ocasião em que passei por ali, vi-os na marinha; e eram em número incalculável”. (Cap. XIV da *Navegação Primeira*).

Os saarianos sabiam, porém, aproveitar estas revoadas; e o seu caráter pernicioso não deve exagerar-se em relação a sociedades que não viviam da cultura do solo. Com ramos os saarianos derrubavam os gafanhotos em grande cópia, depois secavam-nos ao sol, pisavam-nos e faziam provisões desta farinha; com ela se alimentavam, bebendo em seguida água ou leite (73).

Para apanharem os lagartos, tapavam-lhes as covas quando os viam de fora

“e entã corrê em pos elles os quaes se nō podem metter e suas couas, e assy os tomã e matã e os assã enteyros e os comê cō muy grande delectaçã como cousa muy prezada” (74).

3. — A alimentação.

A alimentação dos nômadas consiste essencialmente de leite, quase sempre leite de camela.

“E o mouro o recebeu [a João Fernandes] mui bem, mandando-lhe dar daquele mantimento de que êle se governava, scilicet, leite, por tal guisa que ao tempo que foi filhado das caravelas estava comunalmente pensado e de boa color” (75). “...e viver sete meses assim, onde não comia outra cousa senão pescado e leite de camelas, que

(73). — V. Fernandes, fol. 82, (págs. 58-59).

(74). — Idem, fol. 81-81 v. (pág. 58).

(75). — *Crônica da Guiné*, cap. LXXVII.

penso que não ha aí outro gado (76), bebendo água salmaça e ainda não em abastança” (77).

Estas informações da *Crônica da Guiné* são corroboradas por Valentim Fernandes:

“A gente da prouincia de Lodea e El Brebisth se mantē sem pam sem fruta e sem azeite, soamente em leyte de camelos”. (fol. 69 v. pág. 47); e noutro passo: “em a prouincia de Lodea e de Bichisth q sō todos desertos, a gēte dellas nō comem pam, nem sabem q cousa he, nem frutas soomēte beber leite de camelas, o qual he como mâtijmento de tudo q os camjnhantes fazem. Ca se ham sede matalhes bebēdo, se ham fome outrosy como que bebessem e comessem. E ha a mais saã cousa do mundo. E por ysso os mouros tem a camela por santa” (fol. 79, pág. 56).

Leão-o-Africano afirma análogamente que os Zenaga não comem pão nem carne cozinhada, mas se alimentam tão só de leite de camela e de manteiga dêsse leite (78).

Já assim era no século X, quando os beduínos ainda não tinham penetrado e alastrado no Sáara; as tribos berberes nômadadas de então desconheciam quer o trigo, quer a cevada, não sabiam fabricar farinha; sustentavam-se a leite, conquanto de tempos a tempos comessem carne obtida por caça (Ibne Háucal, p. 255). No século XII, os Lamta e os Sanhadja (Zenaga) continuavam a alimentar-se só de leite de camela e da carne dos dromedários velhos ou mortos por acidente, simplesmente tostada ao sol (Edrici, I 205). O genovês Malfante, testemunha ocular, escreveu na sua carta do Tuate de 1447 que os nômadadas não consomem trigo nem cevada, mas unicamente leite e a carne do gado velho; à sua ementa pertenceria ainda, embora em percentagem muito menor, o arroz. De igual modo Jerônimo Münzer, baseado em informações que recolheu na côrte de D. João II, nos diz que os “cenégios” (azenegues) vivem de leite de camelas e carne dēstes e de outros animais, bem como de peixe sêco ao sol (79); é claro que se refere aos azenegues da faixa atlântica.

A alimentação de base consiste, portanto, em todo o Sáara, de leite, em primeiro lugar, e de carne, em segundo. Todavia, esta alimentação de base é completada, como já vimos alguns exemplos, por outros mantimentos, que variam consoante as regiões onde os nômadadas se encontram ou consoante as circunstâncias. Os que

(76). — Inexatidão, corrigida noutro passo.

(77). — *Crônica da Guiné*, cap. XXXIV.

(78). — *De l'Arique*, I, 51.

(79). — *Itinerário*, pág. 42.

constatam com os xirmeiros obtêm algum pescado (80). Os sedentários dos oásis e serras fornecem aos nômadas tâmaras e alguma cevada; da Terra dos Negros vem-lhes algum milho e feijão. Os Bardamah, berberes que nomadizavam entre a mina de cobre de Takedda e o Níger, bebiam leite de vaca e comiam milho triturado com água, mas cru, duas vêzes ao dia — de manhã e à tarde (Ibne Batuta, IV, p. 437).

O regime alimentar é frugal devido à escassez de víveres; e assim com uma escudela de papas de cevada ficam satisfeitos para um dia inteiro (81), ou tão somente com leite de camela. Ocasionalmente, comem carne de camelo; o que se dá quer quando a almária está velha e já não serve para carga ou para montar, quer quando por falta absoluta de água se vêm forçados a sacrificar um dromedário a fim de beberem o líquido que leva no bucho (82). A carne é preparada da seguinte maneira:

“Com tudo comê as vezes carne de camelos e coobras e lagartos e gaffanhotos. E comê as carnes assadas desta maneyra. s. fazem grãde coua no chaão e enchê na de lenha, e fazem grãde fogo e despois de ardidã a lenha arredã as brazas pera huã banda e pera outra, e no meyo destas brasas metê hum camelo em cyma ou qualquer outra animalia enteyra, e cobrem no cõ a mesma area e fazem huma grãde fogueyra em çima e assy se assa de baixo do chaão. As tripas destas animalias nõ as lauã mas limpã nas cõ os dedos e assy as assã e comê” (83).

A carne é ingerida quase crua; alguns grupos limitam-se a aquecê-la ao sol — o que parece se faz na região do Rio do Ouro (84). O gado só é abatido nas festas ou nas recepções a estrangeiros:

“Por festa matã qualquer res pera comer”,

- (80). — Além do trecho de Zurara, acima transcrito, e do que diremos no cap. III, leia-se V. Fernandes (fol. 87 v. pág. 63): “... e quãdo chegã a costa do mar cõprã do peixe seco e tassalhos de tartaruga e do seu azeyte q leuã pera suas tendas”; e Münzer, *Itinerário*, pág. 42.
- (81). — “Questi vivono pur ancora essi di dattili e orzo, e latte di cammello; ma per esser egli piú vicini alla prima terra de' Negri, praticano fra loro; e traggono delle dette terre de' Negri miglio e qualche legumi, cioè fagiuoli, con li quali si sostengono. Sono uomini di poco cibo, e che patiscono la fame; perchè con una scudella di sugoli di farina d'orzo si mantengono tutto il giorno freschi; e questo fanno per il mancamento che hanno di vettovagiar”. Cadamosto, *Navegação Primeira*, cap. X.
- (82). — “E se lhes falleçe agoa pello deserto matã alguns camelos e achã sua agoa no bucho como se disse e a bebem e a carne comem. E assy quãdo chegã a sua terra comem os ditos camelos e nõ guardã delles se nõ aquelles q podem tornar pera cõprar outros”. V. Fernandes, fol. 85 v. (pág. 61). Cf. *L'Homme et le Sahara*, pág. 30.
- (83). — Idem, fol. 79 v. (pág. 56).
- (84). — Diogo Gomes: “Et qui habitant in terra habent tendas, et illi vocabantur Çenegij seu Arabes, et uiuunt vita bestiali, et comedunt carnes quasi crudas: ac lac quia in illa terra nulla arbor est nec herba, et comedunt carnes solummodo quando ipsas possunt habere salidas e sole”.

lê-se em Valentim Fernandes (fol. 87, v. pág. 63). Quando Leão-o-Africano esteve, com uma caravana de mercadores, nas tendas do rei dos Zenaga (os que nomadizam entre o Atlântico e Tagaza), êste mandou matar camelos, carneiros e avestruzes, e serviu aos hóspedes carne assada e cozida, pão de milho, nabos silvestres, tâmaras e leite (85); esta ementa mostra-nos qual a mais opípara refeição que é dado ter aos nômadas cameleiros. Os Zanaga comiam quase todos os dias à tarde um bocadinho de carne (86). Os nômadas que andam entre as regiões das tamareiras e a Barbaria obtêm aqui trigo que vão vender aos sedentários dos oásis mas que em parte também consomem. A partir de meados do século XV penetrava trigo no Sáara por intermédio da feitoria portuguesa de Arguim, em troca de escravos e ouro.

Enquanto na alimentação do nômada predomina o leite de camela, na do sedentário ocupam lugar primacial as tâmaras, completadas por cevada (87).

4. — O problema da água.

A água e os pastos constituem o grande problema dos nômadas.

“...e vam sempre olhando pello ceoo onde lhes parece q choue, pera la mãdã dous homês cõ hum camello. s. hum q fica tomãdo a posse do chaão onde choue e o outro se torna porq os do seu cabyldo logo vam pera la em busca de erua q logo naçe onde choueo. E as vezes os de Lodea vem de huu cabo e os de Brebisth de outro pera aquella mesma chuua pello qual pelejã hum cõ os outros” (88).

Informa Leão-o-Africano que os nômadas não param num local mais de três ou quatro dias, porque neste tempo os camelos devoram tôda a erva e se tem que ir demandar novo pasto; o que é corroborado por Valentim Fernandes:

Em Lodea e Bribisth a gête nã esta queda em hum lugar. E mudã se cada dous e tres dias por bem dos camelos porq destruyê muyto os aruoredos. E andã em tendas e tem muyto pouca agoa porq he todo desertos de area” (fol. 70, v. pág. 48).

Os pastos dependem evidentemente das precipitações. Dubief estabeleceu uma escala que relaciona a importância daqueles com as quantidades destas:

(85). — *De l'Afrique*, I, 54.

(86). — *Idem*, I, 50.

(87). — *Sêbre a alimentação*, cf. *L'Homme et le Sahara*, págs. 29-32.

(88). — V. Fernandes, fol. 77 (pág. 54).

Chuva anual	Pastos
20 mm	nulos
30	mediocres
40	médios
50	satisfatórios
100	abundantes
150	excepcionais

Mas mesmo que a quantidade anual ultrapasse 20 mm não haverá quaisquer pastos se as precipitações caírem em pequeninas chuvadas, numerosas mas intermitentes. Para renovar o pasto, as precipitações devem atingir pelo menos 10 mm de uma só chuvada.

Ora o Sáara, que fica entre a zona mediterrânea, de chuvas de inverno, e a zona sudanesa, de chuvas de verão, caracteriza-se, quanto ao regime pluviométrico, pela ausência de chuvas regulares e acentuada escassez de chuvas ocasionais, bem como por um total de precipitações extremamente fraco. No Tadmait, no Ahnete, no Muydir e no Ahoggar, contam-se em média quatro anos de sêca por década; na primeira e na terceira região, por igual período há três anos de pastos abundantes, e o mesmo acontece em Anguide e Têfedeste, que sofre de 3 anos de sêca sobre 10. Segundo os dados dos últimos 80 anos, nenhuma fase de secura total excedeu 7 anos contínuos; o limite pode galgar a 10 e até 15, se entremeadas com um ano de chuva.

Nem sempre a secura arrasta conseqüências calamitosas, desde que o cabildo ou a tribo nômada possa encontrar uma zona de refúgio com pastos. A miséria extrema e irremediável só se abate sobre o Ahoggar se ao mesmo tempo no Sudão também não chove. Parece que não há qualquer correlação entre a chuva ou a sêca numa região e o estado do tempo noutras regiões do Sáara; por isso os grupos pastores se deslocam à procura de onde choveu, logo de onde há água e pasto. De resto o clima vai-se modificando local ou regionalmente com o decurso do tempo: no Ahoggar, por exemplo, de 1860 a 1899 predominaram as chuvas de primavera, e desde 1900 as chuvas de verão, dependentes da monção sudanesa (89).

Percorrem-se trinta e quarenta léguas, e às vezes cinco, seis, dez jornadas, ou até quinze e vinte, sem achar água (90). E' por isso imprescindível carregar alguns camelos ou asnos com odres cheios de água. Os saarianos misturam-na freqüentemente com leite para beber (91). Vinho, não bebem (Cadamosto, *Navegação Primeira*, cap. IX; V. Fernandes, f. 77), embora o pudessem importar do Maghrebe: é que não conseguiriam vencer as dificulda-

(89). — Dubief, *Les pluies*.

(90). — V. Fernandes, fol. 69 v. (pág. 47); *Leão-o-Africano*, I, 84.

(91). — "E levã agoa em odres e della mesturã na cõ leyte de camelas por mâtimento e cõ ysso passã os desertos". V. Fernandes, fol. 71 (pág. 48); *Leão-o-Africano*, I, 84.

des de transporte, dado que todos os odres que os camelos e asnos carregam levam água, e tantas vêzes não basta.

A cada passo acontece esgotar-se a provisão de água e terem de caminhar algum tempo sem beber; êste caso deu-se com João Fernandes quando ia do Rio do Ouro para junto de Ahude Meimam:

“e tanto andaram que lhes minguou a água que levavam, pelo que foram três dias que nunca beberam” (*Crônica da Guiné*, cap. LXXVII).

Provação excepcional de dureza. Com efeito, segundo informação dos Regueibate e dos Kal Ahaggar, um homem aguenta no máximo um dia e uma noite sem beber (92); a sua necessidade diária é de 4 a 5 litros.

Em caso de apêrto, como antes de partirem fartaram os camelos de água,

“E quãdo lhes fallece agoa emtã matã hum camelo destes e abrê no e achã nelle toda a agoa q elle bebo sem auer guastada quasi nenhua della. E aquella agoa bebê assy como sae a qual achã boa. E esta agoa guastada matã outro camelo. E doutra maneyra nõ poderiã passar os desertos, porq se perderia muyta gête de sede, ho camelo morto comêno ou cru aas vezes ou mal assado” (V. Fernandes, fl. 70, p. 49).

Também Yakut refere que para a viagem de Ualata ao Senegal os cameleiros fartam os dromedários de água à partida, e quando necessário os abatem para se satisfazerem com o líquido que êles levam no bucho. No século XX, os Regueibate não só conhecem a tradição como até ainda a praticam por vêzes no trajeto entre Ualata e Tagaza, na estação quente, pois a passagem leva 12 jornadas de marcha de dia e de noite; aos camelos assim repletos de água cortam a língua para não poderem comer nem ruminar (93).

Os odres são de pele de cabra ou de bode, às vêzes, na Mauritânia, de pele de antílope. E' a pele inteira de um animal que, depois de curtida e voltada, forma o recipiente — *guerba*. A capacidade do ôdre orça por 20-25 litros, elevando-se em certos casos a 50; se fôr de pele de antílope chega a atingir 100 (94).

A natureza da alimentação, à base de leite, permite ao grande nômada cameleiro escapar a uma absoluta escravidão quanto à água, dado que o dromedário agüenta longos dias sem renovar a sua provisão de líquido no bucho. Na Bactriana os camelos chegam a estar 15 dias a um mês sem beber, ao passo que no

(92). — Dubief, *Une mission*, pág. 211.

(93). — Idem, idem; Eydoux, *L'Homme et le Sahara*, págs. 29-30.

(94). — Idem, 59-60. Capot-Rey, *Géographie de la circulation*, pág. 160.

Sáara a sua capacidade de resistência é menor, não ultrapassa 16 dias e anda, em média, à volta de 10. Não é que beba pouco: quando bebe, bebe 60 a 70 litros (95); e, com a tolerância que indicámos, não escapa a esta imperiosa necessidade da água.

O local de água é assim o centro da vida no deserto. Os percursos dos nômadas descrevem uma linha que passa pelos pontos de água. Os sedentários acumulam-se quer perto de fontes vivas ou de fontes donde conduzem a água pelas *foggaguir* (os canais subterrâneos), quer junto aos poços onde instalam noras, cegonhas ou roldanas (96):

“Os pequenos poços do deserto são forrados de couros de camelos ou murados com ossos” (97);

muitas vêzes consistem apenas de pequenas covas. As *dayas* são depósitos superficiais de águas de chuvas, de curta duração geralmente, que originam um pequenino tapête de vegetação; mas o mais freqüente é as águas infiltrarem-se. Por isso o principal recurso está em certas águas que Valentim Fernandes descreve assim:

“Em estes desertos ha humas lageas ou pedras enteyras muy grâdes. E esta huma de outra dez e vinte legoas e mais e as vezes som tâ grâdes como huma çidade. E estas pedras jazem em câpo chão porq os vêtos mudã a area cotinuamete cobrindo humas e descobrindo outras. E todas estas pedras tem huma foyas ou buracos tamanhos como huma casa e mais. E no tempo da chuyua, quãdo choue sume se a dita agoa na terra e narea. E aquella q va ter sobre qualquer das ditas pedras nõ se pode sumir. Emtã os mouros andã buscãdo despoys da chuyua as ditas pedras e as sabe achar ajnda q sejã cobertas todo darea. E arredã a dita area e achã agoa no foyo da dita pedra q he cõseruada darea e he muy boa. E desta agoa se mãtem aquelles q andã pellos ditos desertos” (98).

Compare-se esta descrição quinhentista com uma descrição atual:

“Beaucoup plus utilisables, parce que persistent longtemps et occupant toujours les mêmes emplacements, sont les *gueltas* — en touareg, les *aguelman* — ou réserves d'eau en montagne. L'expression indigène signifie: “poche d'eau dans la roche”; il est de fait que les *gueltas* se maintiennent dans des cuvettes de pierre: trous dans lê rocher, failles, parfois véritables marmites de géants: creux créés par les tourbillons d'un ancien fleuve au-

(95). — Capot-Rey, cit., págs. 161-164.

(96). — Eydoux, cap. IV.

(97). — Leão-o-Africano, I, 85.

(98). — V. Fernandes, fol. 70 v. (pág. 48).

jourd'hui mort. Certaines ne contiennent que quelques centaines de litres d'eau; d'autres peuvent atteindre une centaine de mètres de diamètre et une profondeur de plusieurs mètres, telles ces gueltas de la région de l'oued Milhero, au Tassili des Ajers, dans lesquelles se sont maintenus des crocodiles. Ces gueltas constituent une réserve d'eau précieuse, largement utilisée lorsque les points d'eau temporaires sont à sec; les massifs de l'Adrar et du Tagant, en Mauritanie, le Hoggar et le Tassili des Ajers, le Tibesti en comptent de nombreuses" (99).

5. — O vestuário e a tenda.

Lê-se no *Esmeraldo* (cap. 25 do Livro I) que pelo Sáara andam homens selvagens e nus. Ao longo do litoral encontravam-se, de fato, gentes sem qualquer vestuário ou sumariamente vestidas. Mas a afirmação de Duarte Pacheco não pode generalizar-se. Os ovelheiros do Rio do Ouro com que andou João Fernandes em 1444 usavam alquicés; e o português, depois de despojado das suas roupas, recebeu tão só um alquicé para se vestir (100). Os azenegues da provincia de Lodea (terra firme de Arguim) cobrem as vergonhas com peles; e o mesmo fazem as mulheres. Os alarves vestem panos de Guiné e às vêzes alquicés; as mulheres cobrem as vergonhas com pano de algodão. Até a puberdade, as crianças dos dois sexos, quer azenegues quer alarves, andam nuas. Tôdas andam descalças (101). Segundo Cadamosto, os árabes

“vestem sôbre as carnes algumas túnicas brancas com orlas de côr vermelha; e bem assim as suas mulheres também usam de camisa. Os homens trazem na cabeça um lenço à mourisca, e andam sempre descalços” (cap. IX da *Navegação Primeira*);

as mulheres azenegues cobrem-se com panos de algodão, importados da Terra dos Negros, e com alquicés, mas não usam camisas (cap. XIV). Leão-o-Africano não faz qualquer distinção, quanto ao vestuário, entre azenegues e alarves (102); a distinção é, sim, de caráter econômico e social: os mais ricos e poderosos envergam camisas grandes com mangas largas; são de algodão e côr azul

(99). — *L'Homme et le Sahara*.

(100). — *Crônica da Guiné*, cap. LXXVII.

(101). — V. Fernandes: “Todas estas gerações sobreditas Lodea, El Brebisth, Arrhama, Oulhedamar... nem calça nem vestem se nõ pãnos de Guynee. E alguuns alquicees. Os azenegues trazem vestido huma pelle derredor da vergonha, e trazendo outra cousa os alarves lhes tomã topãdo se cõ elles”. (fol. 70 pág. 48) “e as suas moças andã nuuas em quãto lhes nõ vem sua camisa ou custumada enfermidade. E depois cobrem a vergonha cõ hum pãno dalgodã, e assy ho trazem todas estas alaruias molheres, porq as molheres azenegues cobrem sua vergonha cõ pelles, assy como seus maridos”. (fol. 77, pág. 54).

(102). — *Le l'Afrique*, I, 57.

(103), e vêm da Guiné; os restantes vestem uma túnica de lã grossa — alquicé — e enrolam na cabeça uma faixa preta (104). A partir de 1450 a feitoria de Arguim forneceu aos saarianos alam-béis, alquicés, bordatéis, mantas, lenços e panos.

A habitação do nômade é a tenda. Na verdade, a tenda é que se presta a fácil transporte, a rápida montagem e desmontagem. O que não quer dizer que o nômade não tenha também armazens nas cidades ou *ksur*; mas sente o horror da habitação estável, e quando vai a algum aglomerado não se instala em qualquer casa, acampa com a sua tenda no exterior da povoação (105). No século XV fabricavam-se pelo menos duas espécies de tendas: a tenda feita de peles de camelo (106) e a tenda feita de tecidos de lã de camelo ou de cabra (107). Mas os nômadas do Rio do Ouro ao Cabo Branco abrigavam-se sob os alquitões (*Crônica da Guiné*, cap. LXXVI), as pequenas tendas de pano. Leão-o-Africano fala ainda (I, 50) de tendas feitas de tecido do pêlo que a tamareira tem entre os ramos. As tendas dos Bardamah, berberes que nomadizavam no século XIV em volta da mina de cobre de Takedda, são mais complexas: sôbre uma armação de paus estendiam-se esteiras, e por cima destas uma espécie de grade de madeira, por seu turno coberta de peles ou de panos de algodão (Ibne Batuta, p. 434).

6. — Organização social e política.

Exceptuando o pequeno número de “ilhas” de sedentariedade, os grupos humanos do Sáara que dormem em tendas, se alimentam de leite, montam o camelo e cuja economia consiste exclusivamente, para o sul da faixa setentrional de oásis, na criação de gado e no comércio, nunca estão quedos num lugar mais de dois ou três dias, mudam-se constantemente. Este perpétuo errar é imposto pela escassez de água e de pastos, e pela rapidez com que os dromedários destroem o arvoredo e a erva (108).

Tais deslocações efetuam-se por unidades sociais chamadas cabildos. O cabildo é um agregado de famílias, cada qual com

(103). — Cf. *L'Homme et le Sahara*, pág. 36: ainda na época contemporânea é de bom tom que o vestuário de algodão seja azul; a côr obtem-se com pó de anil lançado a seco.

(104). — *De l'Afrique*, I, 48. Sôbre o vestuário, cf. *L'Homme et le Sahara*, cap. III.

(105). — *L'Homme et le Sahara*, págs. 65-66.

(106). — Leão-o-Africano, I, 50.

(107). — V. Fernandes, fol. 77 (pág. 54). E' de notar que as fontes não façam referência a tendas de tecidos de algodão, nem de peles de cabras ou de carneiros, nem de esteiras, que na época contemporânea são características respectivamente da Mauritània, dos Tuaregue e dos Tubus (*L'Homme et le Sahara*, págs. 67-69); as tendas de esteiras são antiquíssimas, já do tempo dos romanos; as de peles de cabra ou de carneiro também deviam já existir em Quatrocentos; quanto às de tecidos de algodão, é possível que a sua difusão seja posterior ao século XV.

(108). — V. Fernandes, fol. 70 (p. 48). Leão-o-Africano, I, 51.

asua tenda, que se deslocam juntas e estão unidas por forte solidariedade penal. Em cada cabildo contam-se geralmente de 300 a 500 homens de guerra, sob a chefia de um maioral — o mais velho de todos (109). Norma corrente, constituem os cabildos os indivíduos que têm ou supõem ter uma ascendência comum, uma mesma genealogia. Os cabildos, por seu turno, agrupam-se em tribos, ou melhor, são unidades que da tribo se desagregaram mas entre si mantêm laços.

Os membros do cabildo são solidariamente responsáveis pelo crime perpetrado por um contra algum membro de outro cabildo; se houve homicídio, devem matar o culpado, caso contrário terão de sustentar guerra contra o grupo da vítima. No interior do cabildo, o crime de morte dá lugar a composição — *wergeld* — : os parentes do morto recebem 100 camelos; caso haja apenas talhamento de membro ou corte de olho, a composição é de 50 camelos. Quando o agressor não possui o número de camelos exigido, o pai, irmãos, tios e outros parentes mais chegados desterram-no; não é permitido matar o criminoso, mas na realidade acontece tirar-se vingança mortal (110).

Dissemos que o cabildo se compõe de famílias. Antes da islamização parece que a monogamia constituía o regime familiar dominante no Sáara. Os Tuaregue Hoggar não adotaram a poligamia apesar de islamizadas (111); e entre os Tuaregue do Air a família monogâmica continua a ser mais freqüente do que a poligâmica (112). Este regime familiar está ligado ao papel de relêvo que a mulher desempenha na sociedade. Ao invés do que sucede no mundo muçulmano, entre os “embuçados” a mulher não cobre o rosto; não usa o véu. Igual ao homem em direitos, pode possuir bens em plena propriedade e administrá-los sem qualquer ingerência do marido; participa na vida pública, e chega a governar aldeias (113). Mas resvalar à afirmação de matriarcado: provavelmente exagero, e pelo menos confusão em vez de elucidação, dado o caráter equívoco do termo.

Entre os alarves não há realeza. Todavia cada cabildo tem um principal — um senhor —, que senhoreia 200 ou 300 ou até 500 tendas de seu pleno direito. A vida social é regulada apenas pelo costume e pelas decisões da assembléia do cabildo, pois não há direito escrito (114). Entre os berberes nômadas, porém, além de haver como que príncipes ou senhores (Leão-o-Africano, I, 51), formaram-se também reinos. E' assim que no século X os

- (109). — V. Fernandes, fol. 77 (p. 54).
(110). — Idem, fol. 77 v. e 78 (págs. 54-55).
(111). — Chasseloup-Lombart, pág. 59.
(112). — Rodd, pág. 170.
(113). — Rodd, pág. 168 ss.
(114). — V. Fernandes, fol. 77 v. (pág. 54).

Azenegues contituíam no Sáara ocidental-meridional um vasto reino com a capital em Audaghoste; a realeza transmitia-se hereditariamente no seio duma família (115). No século XIV, os nômadas que senhoreavam a mina de cobre de Takedda obedeciam a um “sultão” que vivia sob a tenda (116). Mas os reinos de nômadas são sempre construções frágeis, e a grande e permanente realidade é a chefia de um senhor no seio de um cabildo, como se dava entre os Hoggar (117).

São os mais ricos que obtém dos outros reverência e obediência: assim é entre os azenegues (Cadamosto, *Navegação Primeira*, cap. X), e certamente entre os outros nômadas. A riqueza define-se pelo número de cabeças de gado que se possuir; melhor ainda: é pela propriedade de camelos, pelo seu número que se determina a posição social do indivíduo. A posse da terra não conta; a de gado miúdo ou bovino, de maior relevância que os bens de raiz, também conta menos, e de longe, do que a posse dos dromedários. Não admira: só éstos asseguram a circulação pelo deserto e o sustento de base, bem como a possibilidade de algaras frutuosas e do opulento tráfico trans-saariano. Quais as fontes da riqueza? Primacialmente: os lucros do comércio, os tributos dos sedentários dependentes, os direitos cobrados dos mercadores a trôco de livre trânsito ou “proteção” — na realidade, parasitismo —, os frutos dos roubos em ataques à fôrça das armas, as dádivas das tribos vassalas.

A tribo procura escapar à dependência, se é vassala de outra, subordinar a si outras tribos ou aldeias de camponeses para conquistar prestígio e riqueza. E' assim que os alarves-árabes Hilal e Soléim e berberes arabizados — reduziram à dependência a maior parte dos grupos azenegues do Sáara litoral e sub-atlântico. Mas mesmo sem tal sobreposição se teciam laços de dependência entre as organizações tribais dos embuçados. Certas tribos especializam-se, por assim dizer, na guerra ou na religião; e a função militar, como a função religiosa, através da fôrça ou do sagrado, confere-lhes frcos de nobreza e fá-las ascender ao domínio sôbre outras tribos. Tais ascendência e dependência são coletivas, tribais, e não individuais ou familiares. Entre os embuçados, por exemplo os Tuaregue, alguns grupos pastoreiam os camelos e o gado de grupos subordinantes; os subordinados chamam-se *imghad*, que significa, de igual modo que o primitivo étimo *vassus*, tanto “servo” como “vassalo”: êste último significado é o correto, desde que não estabeleçamos qualquer semelhança com o laço de vassalagem da sociedade européia medieval.

(115). — Ibne Hácal, pág. 254.

(116). — Ibne Batuta, IV, pág. 442.

(117). — Idem, pág. 446.

Além de grupos subordinados, a tribo ou o cabildo contam com autênticos servos e escravos. Quer uns quer outros, ao invés dos vassallos, de origem étnica diferente, geralmente negros, e dependentes não a título coletivo mas sim individual. Os servos — *har-ratín* — são os camponeses que tratam dos palmares e cultivam os cereais nos oásis. Os escravos consagram-se aos serviços domésticos. Tanto servos como escravos nunca usam, evidentemente, o *litham*.

Os roubos de camelos, e até de outro gado, a concorrência pela suzerania sobre uma mesma tribo ou pelos tributos em ouro e escravos desencadeavam com frequência conflitos armados entre os nômadas (118). O choque brutal dava-se ainda quando cabildos diferentes confluíam ao mesmo poço ou uede, e se disputavam a água, bem mais do que todos precioso. Entre as tribos árabes, então, o estado de guerra era permanente. Os Ulad Ah'mar e os Rah'amna pelejavam constantemente uns com os outros, os Bera-bich e os Al Udaia encarniçavam-se em continuada guerra entre si (119).

Esta belicosidade dos alarves levou os negros a vedar-lhes o acesso aos seus reinos, pelo que todo o tráfico ficou nas mãos dos azenegues. Estes têm contudo de pagar àquêles um direito de 10 por cento e mais sobre as mercadorias em que traficam, além das dádivas que lhes entregam como seus tributários (situação que caracteriza o Sáara ocidental mas não o central, por êste ter escapado às invasões árabes).

7. — *Demografia.*

O estudo numérico da população saariana esbarra com dificuldades ainda maiores do que o que concerne Marrocos. Ao tratarmos dos oásis setentrionais e das "ilhas" de sedentariedade apresentaremos os números que se consegue coligir. Quanto aos nômadas, só relativamente às tribos árabes é possível respigar de Leão-o-Africano alguns dados numéricos para a demografia:

(118). — V. Fernandes, pág. 47.

(119). — Idem.

	Peões	Cavaleiros	Total de homens de guerra	Área
Sumait			80.000 .. (quase tudo peões)	— Deserto da Libia do lado de Trípoli
Sahit			150.000 .. (poucos cavalos)	— Deserto da Libia perto de Uargla
Sa'id	43.000	Sul argelino
Bani Amir e		Gurarah
Hilel		6.000	— Deserto em direção a Constantina
Muslim		5.000	Deserto ao S. de Bugia
Hurva	Alto Dar'a junto ao Atlas
Roh'a	8.000	600	Dar'a
Salim	20.000	5.000	
Rah'amna	
(120)	12.000	
Ha ain	50.000	6.000	— Entre Akka, Gurarah e Tichite
Beni Hassan		
Uiad Dalim	10.000	5.000	Deserto com os azenegues
Berabich		
(121)		nums.	Azauad (têm o senhorio de Tichite)
Al Udaia		
(122)		60.000	— Entre Arguim, Uadam e Ualata
Dehemrum .		3.000	— Entre Sidjilmessa e erg Iguidi, e entre Figbig e Garet
Ulad Ah'mar		
(123)		8.000	— Vagueiam entre-Nun e Tagaoste

(120). — Os Arrhama de V. Fernandes.

(121). — Os Brebisth de V. Fernandes.

(122). — Os Vod~~is~~ de Leão-o-Africano, os Lodea de V. Fernandes.

(123). — Os Hamr de Leão-o-Africano, os Oulhedamar de V. Fernandes.

CAPÍTULO III

UM LITORAL SEM NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO.

I. — *Mar de pescaria, terra sem pescadores* (*Do Cabo de Não à Angra dos Cavalos*).

No começo do século XVI não se encontravam na região de Não ou Nun, vizinha do cabo do mesmo nome (entre Sidi Uirzeg e o rio Assaca) cidades, nem vilas, nem portos. Parece que o tráfico marítimo marroquino de cabotagem já não a atingia. O povoamento resumia-se a algumas aldeias habitadas por gente pobre. Cultivava-se cevada, mas as colheitas não ultrapassavam pequenas quantidades; e era o único cereal que da terra se obtinha. Tâmaras, só algumas e de mau sabor (124).

Caminhando para o sul, no rio de Mar Pequeno [laguna de Pôrto Cansado, a Leste do cabo Jubi e a Sudosete do rio Chibikah (125)] abundava a pescaria (126).

As três galés de normandos e castelhanos que compuseram a expedição de outubro de 1405 à Grã-Canária foram arremessadas com temporal à terra dos sarracenos perto do cabo Jubi; detiveram-se aqui oito dias. Durante esta estadia, os cristãos exploraram o sertão vizinho, filhando cativos e apresando mais de 3.000 camelos (127); posteriormente, Jean de Béthencourt vem ao cabo Jubi e aprisiona alguns habitantes (128). Se bem que o número de camelos apresados pareça exagerado, fica a impressão de que a zona devia ser muito freqüentada pelos nômadas cameleiros; de igual modo parece depreender-se a existência de algumas aldeias.

Econômicamente, mas apenas sob o ponto de vista potencial, a importância do trecho do litoral africano para além do Jubi reside na abundância de peixe no mar (Münzer).

O *Esmeraldo* caracteriza, de maneira geral, a costa desde o Cabo de Não ao Cabo Bojador como tôda muito baixa, arenosa ao longo do mar e quase deserta (129). Na *Descrição* de Valentim

(124). — *Leão-o-Africano*, II, 138-139.

(125). — *Sources*, I, 210, Bernard, I, 167-168.

(126). — V. Fernandes, fol. 59 (pág. 39); "Mar Pequeno tem hum ryo grãde de muyta pescaria, onde os castelhanos tinhã feito hum castello ho qual mādou elrey Dõ Johã derribar".

(127). — Bontier e Le Verrier, cap. LXXXII.

(128). — *Idem*, cap. LVI.

(129). — Livro I, cap. 24.

Fernandes (que resume em tal passo Cadamosto, cap. VII da *Navegação I*), lemos:

“Do Cabo de Canty pella costa ate o cabo Brãco nõ ha pouoração, terra arenosa brãca e terra baixa toda se parecer huã parte mais alta q outra, sem aruores nẽ heruas e seca e hy çarrã as môtanhas e barberia de Tuncz e destes barbaros. E chamã estes môtes Sahara. Toda esta costa de muyto e bõ peixe” (130).

Entre o Bojador e o Rio do Ouro “há muita infinda pescaria”: informação do *Esmeraldo* (I, cap. 23) plenamente corroborada pela disputa entre Portugal e Castela à cerca do direito de pesca nessa área, regulado por uma convenção nas negociações de Tordesilhas em 1494 (131). Pelo litoral não se vê arvoredos nem erva; deserto, só a 20 léguas ou mais do mar andão no sertão alguns alarves e azenegues (*Esmeraldo*, I, cap. 23).

No mar em frente da Angra dos Ruivos (as duas abras entre o Cabo Garnet e a Ponta Leven) e do Cabo do mesmo nome (Cabo Garnet) há farta pescaria (132). A *Crônica da Guiné* relata que em 1448 os moradores de Lagos foram pescar para perto do cabo dos Ruivos e “acharam mui grande abastança” de pescaria (cap. XCV). João de Barros identifica com a Angra dos Ruivos o lugar atingido por Afonso Gonçalves Baldaia e Gil Eanes em 1434, 30 léguas para além do Bojador:

“e ficou nome aquelle lugar onde chegarã, Angra dos ruivos pola grãde pescaria que aly fizerã delles” (133).

A costa ao Norte é êrma de casas, mas freqüentada pelas cáfilas dos nômadás cameleiros (134).

(130). — Fol. 53 (pág. 36).

(131). — “...entre los dichos señores su constituyentes ay y se espera aver diferencia sobre lo que toca a la pesqueria del mar, que es desde ell cabo de Bujador fasta el rrio del oro...”; e mais adiante: “...la dicha pesqueria desde el dicho cabo de Bujador abaxo fasta el dicho rio del Oro...” (*Alguns Documentos da Torre do Tombo*, pág. 84).

(132). — *Esmeraldo*, livro I, cap. 23: “e tres leguoaos d’esta angra em mar acharam sincoenta braças hareas, e aly podem fazer grande pescaria para seu mantimento”.

(133). — *Década I*, Livro I, cap. V. Ignoramos em que se funda João de Barros para fazer tal identificação. Zurara, ao relatar a viagem (caps. IX e X), não fala em que realizassem qualquer pescaria, nem refere qualquer baía ou pôrto (aliás diz mesmo: “tornaram com êste recado, sem fazendo outra cousa que de contar seja”); informa somente que acharam terra sem casas mas com rasto de camelos e de homens, donde o infante concluiu que perto devia existir pôrto onde traficassem ou pelo menos pescassem. Na *Crônica da Guiné* a distância alcançada aponta-se como de 50 léguas ao Sul do Bojador, número que o *Esmeraldo* repete paradoxalmente, porquanto tal distância conduziria à região da Angra dos Ruivos. Talvez que o nome da baía lhe fôsse pôsto porque os portugueses passaram depois a ir aí pescar êsse peixe. Pense-se o que se quiser do texto de Barros, serve, porém, para corroborar a abundância de pescaria na Angra.

(134). — *Crônica da Guiné*, caps. IX e X, e a nossa nota anterior.

2. — *Da Angra dos Cavalos ao Cabo Branco — Os azenegues pescadores pobres e os alarves grandes cameleiros: o contraste dos modos de vida; as classes sociais.*

A baía do Rio do Ouro apresentava-se no século XV e princípios do XVI como se fôsse foz de rio cabedal, com muitas e boas ancorações (135); podiam mesmo entrar caravelas, encontravam primeiro o Pôrto do Cavaleiro (136), e no cabo o Pôrto da Caldeira. Ao fundo do “rio”, existe uma ilha (137), e outra à entrada, a uma légua da bôca (138).

Aqui, principalmente à corôa que se encontra à entrada, afluía grande multidão de lobos marinhos — focas, isto é, *Monachus monachus* ou *Monachus albiventer* (Monod). Até 5.000 viu Baldaia na sua viagem de 1436 (*Crônica da Guiné*, cap. X); àcerca desta viagem narra Diogo Gomes

“cum barca intrauerunt fluuium qui vocatur nunc ryo douro, et in medio istius fluminis inuenerunt insulam arnosam, ubi inuenerunt multitudinem luporum marinorum et posuerunt insulae nomen Ylha de Lobos, et de istis lupis marinis quam plures secum detulerunt Portugalliam...”.

No ano seguinte veio aqui um navio português

“por peles e azeite daqueles lobos marinhos; o qual, havida sua carga, se tornou para o reino” (Zurara, cap. XI).

Em 1441 Antão Gonçalves foi ao Rio do Ouro carregar coirama e azeite de lobos marinhos (cap. XII); seis anos mais tarde Jorge Gonçalves trouxe de lá muito azeite e peles de lobos marinhos (cap. XCIII).

Junto à costa abunda a pescaria de pargos, peixe corvo, oneros e tubarões (no século XVI êstes eram pescados só pelos castelhanos) (139). Na baía, consoante nos elucida Valentim Fernandes

(135). — *Crônica da Guiné*, cap. X.

(136). — Deve corresponder à primeira reentrância na margem oriental, que se vê na carta n.º 3 do *Roteiro de Castilho*. Tem-se localizado o Pôrto do Cavaleiro ao Sul do Rio do Ouro; mas Valentim Fernandes escreve: “Porto do Cavalleyro dentro no ryo dOuro” (fol. 61 v. pág. 40), e as cartas de Bertran (1482), Freducci (1497) e italiana do fim do 3.º quartel do século XV sugerem idéntica localização (decalques em Peres, *Hist. dos Desc.*, pág. 84). A narrativa de Zurara (cap. XIII) leva a concluir no mesmo sentido.

(137). — “Sabemos — responderam êles — que dez são idos a uma ilha que está no cabo dêste rio...” *Crônica da Guiné*, cap. LXXXIX.

(138). — “... e tanto que for por elle hacima quasy huma legoa atee junto com huma ilha que no meo d'elle estaa, aly podem pousar em tres braças e mea em bõo fundo limpo”. (*Esmeraldo*, I, cap. 23). E’ talvez a esta ilha (mas também pode ser a que se ergue do Pôrto da Caldeira) que se refere *Este Livro he de rotear*: “Sabe q ho ryo dOuro tem hua ylha em meyo do ryo e da banda do sueste tem huãs barreyras ruyuas pousaras a som do prumo q tudo he limpo” (fol. 296 r).

(139). — *Navegação de Lisboa a São-Tomé*, cap. III.

(fol. 61, p. 40). “ha aqui grãde pescaria” informação que é talvez extraída de Diogo Gomes (“*in loco illo est maxima captura piscium*”).

Ao longo do mar desde a Angra dos Cavalos até a foz e ao longo das margens do Rio, mesmo até algumas léguas pelo sertão, não existiam, ao que parece, quaisquer povoações de importância: nem casas nem choças (140). Mas por estas paragens vagueavam azenegues e alarves: os segundos eram os grandes nômadás carneiros (141), os primeiros eram gente pobre que circulava apenas pelas redondezas e vivia de modesta pesca com rêdes feitas de cascã de uma árvore ou de fôlhas de palmeira (142). Êstes azenegues andavam em pequenos grupos: Antão Gonçalves em 1441 internou-se pelo sertão 4 léguas e achou uns cinqüenta mouros dos quais uns vinte eram homens de pelêja e os restantes mulheres e moços (143). No entanto os azenegues da região também viviam em alojamentos ou pequenas aldeias é provável que em muito instável sedentariedade (que só lhes podia ser assegurada pela pesca); Nuno Tristão e Antão Gonçalves internam-se de noite pela terra firme e vão dar próximo do Pôrto do Cavaleiro, em dois alojamentos de gente que falava azenégua e não mourisco (não eram alarves) (144); quando Gomes Pires veio ao Rio do Ouro, alcançou uma povoação perto da ilha de Herne, de 40 ou 50 habitantes (dos quais 20 ou 25 homens de pelêja), tendo os portugueses filhado 21 (145); a 6 léguas para o Sul encontrava-se outra povoação de cêca de 100 almas (146); na terra chã ou charneca a Meio-Dia do Rio do Ouro erguiam-se várias aldeias (147). Tôda esta zona foi ermada pelas correrias dos portugueses. Em todo o caso não podia

(140). — *Crônica da Guiné*, caps. X, XI e XII; e as passagens de Diogo Gomes e de Munzer em que se relata a viagem de Baldaia, Heitor Homem e Lopo de Almeida.

(141). — “Os mouros desta terra sô alarves e andã pellos câpos”. V. Fernandes (fol. 61 r).

(142). — Diogo Gomes: “Qui milites sequentis rastros pedum ipsorum in arena, perueniunt ad littus maris qui nuncupatur Rio de ouro ubi inueniunt plura rethia de corticibus lignorum...” Munzer fala de “retia de follis dactylorum facta” (pág. 41). Zurara não indica que achassem rêdes no Rio do Ouro, mas sim ao Sul, na Pedra da Galé (cap. X), no que é seguido por Valentim Fernandes (fol. 51, pág. 40). Gomes-Behaim e Munzer fazem terminar a viagem de Baldaia no R’o do Ouro, e os primeiros atribuem o descobrimento da Pedra da Galé a subseqüente expedição de Garcia Homem, contrariamente à *Crônica da Guiné* e a Duarte Pacheco (Livro I, cap. 23). Mas, mesmo que haja confusão de Diogo Gomes (e Munzer), afigura-se-me possível o achado de rêdes de pesca no próprio Rio do Ouro, zona de abundante peixe e de pesca fácil (mais fácil decerto do que no mar descoberto da Pedra da Galé). Na carta de Soleri de 1385 lê-se, abaixo do Cauo Buyetder, a legenda “Plages arenosses e desertos sino de peshados...” (praias arenosas e desertas, só com pescadores); legenda que o Portulano de Nápoles reproduz. E’, portanto, natural que em tôda esta costa os naturais praticassem uma pesca rudimentar.

(143). — *Crônica da Guiné*, cap. XII.

(144). — Idem, cap. XIII.

(145). — Idem, cap. LXXXIX, e XC.

(146). — Idem, cap. CX e XCI.

(147). — Idem, cap. XCI e XCII.

deixar de ser precária a sedentariedade, visto que não se encontrava água na terra firme, conforme indica Zurara (cap. XII) e corrobora o *Esmeraldo*:

“...e nella [terra] nam há auguoa doce saluo no mes de agosto e de setembro, quando aly choue trouvoada, entam podem tomar alguma auguoa em poças”. (Livro I, cap. 23).

Entre êstes azenegues as distinções sociais separavam alguns nobres da massa da gente comum: da vantagem da nobreza fruía o Adahu ou Adavu e dois dos seus companheiros que os portugueses cativaram em 1441 nas surtidas de Nuno Tristão e Antão Gonçalves; os nobres falavam mourisco, o que indica as suas relações com os alarves grandes nômadas cameleiros, e ainda se diferenciavam dos seus inferiores por viajarem longos percursos. Abaixo da gente comum, havia alguns servos e servas negras, parece que em reduzido número (148). Dispunham os azenegues tão só de pobre fazenda, como viram os portugueses que de uma vez os perseguiram, forçando-os a abandoná-la no chão (149). Por armas tinham unicamente azagaias; ao pelegarem também arremessavam pedras (150). Para o transporte utilizavam às vêzes asnos (151). Alguns dos mouros andavam nus (152).

Lado a lado com esta gente mais miserável viviam os alarves que dispunham de cavalos e camelos. Constituíam grupos de maior número de componentes: em 1441 acudiram ao Pôrto do Cavaleiro, onde se encontravam Tristão e Gonçalves, 150 mouros de pé e 35 de cavalo e camelo (153); quando Antão Gonçalves volta ao Rio do Ouro a fazer o primeiro resgate, aparecem-lhe uns cem mouros e mouras (154). Ainda, no entanto, parece necessária a destrição para plano superior dos grupos pròpriamente consagrados ao tráfico do ouro e para plano inferior dos escravos negros. Os alarves mercadores andavam mais para o interior do sertão: tratava-se provavelmente dos que freqüentavam a grande pista ocidental de Audem, Rio do Ouro, Cabo de Não, Sus; destacavam-se pela sua riqueza, pois os mouros do litoral os diziam “abastantes de guinéus e ouro” (155). Entre os alarves grandes mercadores e os azenegues pobres semi-sedentários situavam-se os grupos intermédios, talvez compostos simultâneamente de alarves e azenegues, os primeiros dispendo de cavalos e camelos e senhoreando os últimos, que, peonagem, de perto os acompanham; seriam possivelmente gentes

(148). — Idem, cap. XII e XIII.

(149). — Idem, cap. X.

(150). — Idem, cap. X, XII e XIII; Munzer, pág. 40.

(151). — Idem, cap. XCII.

(152). — Idem, cap. XII.

(153). — Idem, cap. XIII.

(154). — Idem, cap. XVI.

(155). — Idem, cap. LXXXIX.

de pequeno nomadismo; integravam êstes grupos ainda servos negros dos dois sexos; não era a êles que incumbia o grosso comércio, pois informaram Antão Gonçalves, a quando do primeiro resgate, que “há em aquela parte mercadores que tratam com aquêlo ouro” que êles possuíam (156). Antão Gonçalves, no primeiro resgate, também conseguiu muitos ovos de ema (*Crônica da Guiné*, cap. XVI). Andavam os alarves armados com azagaias, dargas e gomias (157).

Os portugueses denominaram Rio do Ouro esta reentrância profunda porque, ao verem a sua bôca “como foz de rio cabedal”, supuseram ter atingido o “rio do ouro” da cartografia e da literatura de viagens trecentistas e quatrocentistas, suposição aparentemente corroborada por aqui efetuarem o primeiro resgate de ouro em pó. Identificar-se-á o Rio do Ouro dos portugueses com o uede Danom da carta de Soleri (1385) e do portulano de Nápoles de fins do século XIV ou princípios do XV, ou com o uede Abach dêste portulano, o Ubanduch do Atlas Catalão de 1375? Seja como fôr, os portugueses não conseguiram estabelecer nesta zona o trato do ouro e escravos, por razões que não são bem claras (158).

Do Rio do Ouro para a Angra de Gonçalo de Sintra correm 14 léguas de costa, primeiro em terra baixa, depois em medões ou montes, e por fim em praias. No Pôrto da Galé encontrou Baldaia rêdes cujo fiado

“era de casca de um pau, assim ordenado para tal mester, que sem outro curtimento nem mistura de linho, se pode bem fiar e fazer dele rêdes e toda outra cordoalha” (159).

Tratava-se com certeza de humilde gente azenegue que vivia de modesta pesca. Baldaia não conseguiu quaisquer outros dados àcerca da população (160) e quando Garcia Homem aqui veio também só viu pégadas humanas sem avistar os indígenas: é que êstes andavam já de sobreaviso devido às correrias dos portugueses (161) — o que sugere que êstes azenegues tinham comunicação com os do Rio do Ouro, pois dêsses é que deviam receber os avisos. Situa

(156). — Idem, cap. XVI.

(157). — Idem, cap. XVI.; Diogo Gomes: “22 homines sarracenos rubri coloris portantes azagaias et gomias dagas” (pág. 188 do *Manuscrito de V. Fernandes*: Êste passo parece referir-se aos azenegues, mas Zurara fala de adargas a propósito dos mouros que vieram ao primeiro resgate e não dos adversários dos dois jovens Heitor Homem e Lopo de Almeida.

(158). — Antão Gonçalves e Diogo Afonso em 1444, e Gomes Pires no mesmo ano, foram bem acolhidos pelos mouros, mas não chegaram a firmar o trato de mercadorias. Em 1445 os mouros esquivaram-se a cumprir as promessas a Gomes Pires e êste iniciou uma ação de represália. Teria o armamento provocado pelos portugueses suscitado, como é natural, a hostilidade de azenegues e até dos alarves?

(159). — Zurara, cap. X.

(160). — Zurara, cap. X.

(161). — Diogo Gomes; Münzer, pág. 41.

o *Esmeraldo* o Cabo Carvoeiro a 10 léguas a Sul-Sudoeste da Pedra da Galé (distância dada por Castilho: 27 milhas). Percorridas mais umas catorze léguas, abre-se a Angra de Santa Maria (162)

“toda limpa; e dentro nella podem pousar dez ou doze nauios pequenos em oyto e dez braças”.

Duas léguas ao Sul surge o Cabo Branco. Sôbre o rosto do cabo desenha-se um monte branco que parece de areia; encontra-se o cabo numa extensa faixa arenosa e alva, sem sinal de erva ou de qualquer árvore (163). Tôda a costa do Bojador até aqui é baixa e de areia; no mar ao longo

“si trova grandissima pescheria e senza fine di diversi e bonissimi pesci grandi, e simili alli nostri che abbiamo di qua in Venezia, e anche d'altra forma” (164).

No sertão do cabo Branco, a pequena distância do mar, existiam aldeias, a três ou quatro das quais Zurara faz referência. Lançarote, no regresso da grande expedição de 1444, parou no Cabo Branco e os seus homens internaram-se pela terra descobrindo uma povoação (165). Mais tarde, Antão Gonçalves, Garcia Homem e Diogo Afonso foram a uma aldeia a uma légua do cabo, e que pode ser a mesma que os homens de Lançarote visitaram; os indígenas andavam alarmados e por isso tinham abandonado a sua povoação; mas os portugueses ainda os apanharam quando fugiam a pé ao longo do extenso promontório arenoso: eram uns 70 ou 80 homens, mulheres e crianças (166). A duas léguas desta aldeia erguia-se outra, que a gente da caravela de Gonçalo Pacheco já achou despovoada (167): como no Rio do Ouro, a ação portuguesa no Cabo Branco provocou o erramento. Forma o promontório arenoso com a terra firme uma ampla baía, conhecida por Baía do Lévrier (o Golfo de Santa Maria do mapa 3.º do *Roteiro* de Castilho); ao fundo dêste “braço de mar que é no Cabo Branco”, isto é, ao fundo da Baía do Lévrier (segundo o Visconde de Santarém), ou antes, ao fundo dum pequeno rio indicado na Carta de Soligo e que em tal baía desemboca (segundo José de Bragança) (168), a atual Baía da Estrêla, divertículo oci-

(162). — Com êste nome aparece na Carta portuguesa de 1471 e no *Esmeraldo*. Não a registam a Carta de Soligo, *Este livro he de rotear e a Descrição* de V. Fernandes.

(163). — *Esmeraldo*, I, cap. 23; Cadamosto, *Navegação Primeira*, cap. VII.

(164). — Cadamosto, idem, cap. VIII.

(165). — *Crônica da Guiné*, cap. XXIII.

(166). — Idem, caps. XXXVI e XXXVII.

(167). — Idem, cap. XXXVII.

(168). — “E navegando contra lá [contra o “braço de mar que é no Cabo Branco”], chegaram ao dito rio, no qual, entrando uma peça, ancoraram seus navios, e daí, saindo em seus batéis, começaram de trabalhar por chegar à fim do rio pelo qual seguindo quatro léguas, chegaram ao cabo dêle”. *Crônica da Guiné*, cap. LXVIII.

dental daquela, encontrava-se um aglomerado de casas, onde os portugueses filharam 8 indígenas.

As gentes destas pequenas povoações dedicavam-se à pesca. Na verdade, Nuno Tristão, ao descobrir o cabo, encontrou rêdes (169); e a expedição de Lançarote, Gil Eanes, etc., viu indígenas a pescar, dos quais os portugueses ainda cativaram 14; na fuga abandonaram as rêdes e o pescado aos atacantes. Pescavam-se, entre outros peixes, eirós e corvinas (170).

3. — *O arquipélago e a terra firme de Arguim.*

A dez léguas do Cabo Branco começam os baixos de Arguim, cuja ponta setentrional jaz com aquêlê cabo Sul-Norte. Estendem-se 30 léguas de longo, até em frente da Ponta de Tofia; é a sua largura de 20 léguas. A navegação podia fazer-se ou por fora dos baixos ao mar (era o caminho aconselhado a quem seguia para a Guiné), ou por dentro, entre o banco e a terra firme, por um canal de 5 léguas de largo; navegação, a segunda, muito perigosa (171):

“As baixas de Arguy nõ se navegã se nõ de dia e cõ a sonda na mão e cõ preamar”,

lê-se na descrição de Valentim Fernandes (fol. 63).

Dentro da zona delimitada pelo Cabo Branco, Baixos de Arguim, Ponta de Tofia (atualmente Cabo Mirik) e a terra firme encontram-se pelo menos dez ilhas, tôdas pequenas mas entre si com diferenças de área não para desprezar, muitas delas de difícil localização, como difícil é identificar os pontos da costa fronteira que as fontes quatrocentistas e quinhentistas denominam.

A mais setentrional das ilhas (segundo se pode ver na Carta portuguesa de 1471) é a de Tarafais ou Tarafal, ao que parece a umas 8 léguas da ilha de Arguim e no Gôlfo de Lévrier. Provém-lhe o nome de estar cheia de lenha, da árvore a que os mouros chamam “taraff” (trata-se de uma tamarix). E’ esta lenha como adorno, e arde melhor verde do que sêca (172). A ilha recebe inteiramente de água dôce.

(169). — Idem, cap. XIII.

(170). — Idem, cap. XXIII.

(171). — *Este livro he de rotear*, fol. 297 v. (pág. 214); *Esmeraldo*, Livro I, cap. 24; *Descrição de V. Fernandes*, fol. 62 e 63 (pág. 41). Aparecem os baixos desenhados com exatidão na Carta de Soligo e na Carta portuguesa de 1471.

(172). — *Descrição de V. Fernandes*, fol. 62 v. (pág. 41) e fol. 68 (pág. 46). A circunstância de ser abundante de lenha pode sugerir a identificação com a ilha Verde indicada no *Roteiro de Castilho* (I, 86), junto à de Tider; mas a Carta portuguesa de 1471 não deixa dúvidas de que se não trata da ilha Verde, pois desenha Tarafais nitidamente junto ao Gôlfo do Lévrier.

Demora a ilha de Arguim a 12 léguas na rota para Les-Sueste do Cabo Branco; e o caminho para aqui é cortado por baixos de pedra e de areia (173). Está a cêrca de uma légua da terra firme, e tem uma légua em largo e duas em longo (174). Na direção da terra firme alteia-se a ilha em penedo muito elevado, onde os portugueses construíram o castelo (175). De todo o arquipélago, é Arguim a única ilha em que se encontra água doce: há uma fonte desta água “mui maravilhosa” e três de água

“muyta maa e salobra, meio por meyo mais salgada q doce” (176);

Zurara fala da grande abastança e bondade da água (cap. XXXIII) e Cadamosto escreve

“E in quella d’Argin si truova dell’ acqua dolce assai; nelle altre no” (cap. VI da *Navegação Primeira*);

e Diogo Gomes declara:

“tem muitos lugares onde nasce água doce na areia”.

Esta circunstância de ser a única ilha com água potável tornou-a, desde que os europeus frequentaram o litoral do Sáara e da Guiné, escala obrigatória para as caravelas fazerem aguada (177). Apresenta-se a ilha despida de toda a vegetação: árvores nunca se encontram, e a erva só rebenta quando chove — erva ruim, que nem as cabras podem roer sem perigo de vida (178). A fauna da ilha compõe-se de tartarugas (179) e, quanto às aves, falcões, pelicanos (180), framengos, etc. (181); não se criavam galinhas nem patos. Em contraste com a pobreza da terra insular — quase toda arenosa —, o mar mostra-se pródigo:

“Em esta ylha de Arguym e em torno della ha muyto pescado, s., salmonetes, azeuies, lingoados e de todo peixe, e muyto marisco como cranguejos, almexies e lagostijs tâ grâdes como hum palmo em longura” (182).

(173). — *Esmeraldo*, I, cap. 24.

(174). — V. Fernandes, fol. 66 v. (pág. 44).

(175). — Idem.

(176). — Idem, fol. 64, (pág. 42).

(177). — *Crônica da Guiné*, caps. LII, LXIII, LXV e LXXI.

(178). — V. Fernandes, fol. 64 v. (pág. 42); “Em esta ylha nõ ha aruore alguã. E herua se aby naçe quãdo choue, he herua q ata as cabras se della comerem morrem logo em comendoa. Nem ha galinhas nem patos nem nenhuã criaçã”.

(179). — Idem, fol. 65 (págs. 42-43).

(180). — Esclarece V. Fernandes: “Estes pellicanos nõ sã aquelles de q os liuros rezã q criã seus filhos de seu sangue se nõ os portugueses poserõ nome a estas aues pelicano por respecto da pelle q lhes tirã e esfolã cõ suas penas. Ho mâtimento destas aues he peixe, do qual mata tâto q nõ he pera dizer...” (fol. 68, pág. 46).

(181). — Idem, fol. 66 (pág. 44).

(182). — Idem, fol. 66 (pág. 44).

Antes da chegada dos portugueses existia em Arguim pelo menos uma aldeia (183); e Zurara precisa que “as casas da ilha” “eram assás de grande povoação” (cap. XXXVII). Diogo Gomes diz que, ao ser descoberta por Gonçalo de Sintra, era

“muito povoada de Cenégios [azenegues], que estavam avisados daquelas caravelas, de modo que muitos fugiram; muitos dêles, porém, foram cativos ou mortos”.

Mas, como os cristãos visitaram primeiro as ilhas mais meridionais — Adegete, Nar, Garças (184) —, os habitantes de Arguim puseram-se de sobreaviso e abandonaram a aldeia: a expedição de Antão Gonçalves, Garcia Homem e Diogo Afonso deparou apenas com uma moura negra e a sua filha (185); quando os homens da caravela de Gonçalo Pacheco vieram saltar a ilha, filha-ram somente 9 mouros, pois os restantes tinham fugido para terra firme (186); Lançarote, Álvaro de Freitas e Vicente Dias encontraram Arguim êrma (187). Assim, a ilha despovoou-se em 1444-1445; ignoramos se permaneceu despovoada longo tempo, ou se os azenegues a abandonavam apenas temporariamente. Entre esta data e 1455 instalou-se na ilha uma feitoria portuguesa e assentou-se o trato com as gentes da terra firme (188). A população indígena regressou a Arguim (ou, em seu lugar, outros azenegues?), não sabemos em que data, e ficou sujeita ao rei de Portugal; as condições de vida dos indígenas entre 1493 e 1506 foram relatadas por testemunha ocular a Valentim Fernandes: não deviam diferir muito das que existiam anteriormente à chegada dos portugueses (as diferenças são apontadas pelo relato de João Rodrigues).

Entre a ilha de Tarafais e a de Arguim desenha a carta portuguesa de 1471 uma terceira ilha, que não conseguimos identi-

(183). — *Crônica da Guiné*, cap. XXXIII.

(184). — Crê-se usualmente que a primeira ilha visitada foi a de Arguim, porque com esta se identifica a ilha de Gete. Mas esta última denomina-se realmente Adegete ou Degete, como se vê por Valentim Fernandes e pelo próprio Zurara. E de Adegete nunca poderia ter formado o vocábulo Arguim, nem Gete podia sair de Ghir (como alguns têm suposto); “Os árabes chamam-lhe *Ghir*, que Azurara converteu em *Gete*, e Barros em *Arget*” (Visconde de Santarém). Esta última forma só pode evoluir para Guer ou Aguer. Valentim Fernandes fala separadamente das duas ilhas — Adegete e Arguim (fols. 62 v. e 63); indica que àquela chamam os azenegues Adegeth e à segunda chamam Arguem; desta aparecem em Zurara as formas Ergym, Argim; Cadamosto (cap. VI) diz que é a gente do país que dá à ilha o nome de Arguim.

Ao argumento filológico há a acrescentar um argumento topográfico e um geográfico: fica a ilha Adegete próximo da ilha das Garças (Zurara, cap. XVII); ora, a carta portuguesa de 1471 situa esta última no grupo meridional, bastante afastada da de Arguim, e V. Fernandes dá como distância 7 léguas. Além disso, Adegete é ilha pequena (Zurara, cap. XVII), ao passo que Arguim é, comparativamente, ilha grande; e Zurara, ao falar de Adegete, não refere a característica essencial de Arguim: a água doce.

(185). — *Idem*, cap. XXXIII.

(186). — *Idem*, cap. XXXVII.

(187). — *Idem*, cap. LXV.

(188). — Cadamosto, cap. X da *Navegação Primeira*.

car com nenhuma das que são referidas nas fontes coevas, nem aparece indicada no *Roteiro* de Magno de Castilho.

Desde o Cabo atualmente conhecido por Hiwik até a Ponta de Tofia (Cabo Mirik) estende-se o grupo meridional do Arquipelago de Arguim. Na *Crônica da Guiné* referem-se as ilhas Adegete, Garças, Nar, Tiger, Tider, Cerina e outras duas ao Sul de Arguim, na rota do Cabo Branco para o Cabo (ou Ponta) de Tira.

Começemos por estas duas últimas. De uma delas diz Zurara que está mais fora de tôda as outras, quer dizer, que é a mais ocidental; é pequena e arenosa; freqüentavam-na os azenegues pescadores, pois aqui encontraram os portugueses rêdes e outros aparelhos de pesca, bem como cordas com que os mouros prendem as tartarugas, e 150 dêstes animais (189). A outra está separada desta primeira por um braço de mar; alteia-se em montes de areia; é habitada (190).

Adegete é ilha pequena mas povoada. Nuno Tristão em 1443 filhou em terra e nas almadias 29 indígenas.

Junto a Adegete fica a ilha das Garças, cujo nome deriva das infindas garças reais que aqui fazem criação. Há na ilha grande multidão de aves de várias espécies, boas para refresco dos navios que a demandam (191). Entre tais espécies de aves, destacavam-se, além das garças, os croois ou craois, que Zurara descreve:

“são tôdas brancas, de mor grandeza que cisnes, e têm os bicos de um côvado e mais, e de anchura de três dedos, e parecem como bainhas de basas, assim lavradas. e com tais lavores como se os fizessem artificialmente com mestria de fogo, a fim de lhes pôr fremosura; e a boca e o papo é tão grande que uma perna de um homem, por grande que seja, até o giolho lhe cabe por êle” (192).

Situa-se a ilha das Garças a 7 léguas de Arguim e tem meia légua em largo e outra meia em longo (193).

A Ilha de Nar fica muito perto da terra firme. Era habitada e tôda a sua população se aglomerava junto ao litoral, numa aldeia de cabanas, com uns 170 ou 180 habitantes. Na expedição de Lançarote, Gil Eanes, Estêvão Afonso, etc. os portugueses cativaram 165 indígenas, além de matarem alguns. Calculava-se que a aldeia dispunha de 50 a 60 homens de pelêja (194). Münzer também diz que a ilha era habitada (pág. 43).

Segundo Zurara, da Ilha de Nar até à de Tiger a distância mede 5 léguas — número de certo exagerado. Existia em Tiger uma

(189). — *Crônica da Guiné*, cap. XLVII.

(190). — *Idem*, cap. XLVIII.

(191). — *Idem*, cap. XVII.

(192). — *Idem*, cap. LII.

(193). — V. Fernandes, fol. 62 v. (pág. 41).

(194). — *Crônica da Guiné*, cap. XIX.

povoação de cêrca de 150 mouros. Quando os portugueses aqui chegaram, os mouros tinham fugido havia dias, de modo que os cristãos nada acharam (195). De outro salto os portugueses cativaram 7 ou 8 mouros nas casas, e fora da aldeia mais 9 mouros e mours que seguiam com 10 ou 12 asnos carregados de tartarugas; é de notar que os indígenas tinham sido avisados por um cativo que escapara; mas no outro dia os cristãos filharam outros 17 ou 18 em terra e uns 14 de umas 20 almadias (a bordo de cada uma das quais iam 4 ou 5) que passavam para Tider (196).

Na maré baixa passa-se a pé da ilha de Tiger para a ilha de Tider. Diogo Gomes classifica Tider de ilha grande e muito povoada de homens e mulheres. E' ilha em que "há assás grande poder de mouros", na expressão de Zurara, (cap. XXII) que por outras vêzes fala em muitos mouros (caps. XXXV e XL) e em "multidão de mouros" (cap. XLIX); ao desembarcarem os portugueses, saíram à liça cêrca de 300 indígenas de pelêja (cap. XXII). Antão Gonçalves, Garcia Homem e Diogo Afonso encontraram êrmas as casas junto à praia (197); mas a grande expedição de Lançarote, de 1445, ainda fêz 57 cativos, apesar de a maior parte dos mouros se ter refugiado na terra firme ao ver os cristãos (198). Além das casas junto à praia, existia pelo menos a povoação de Tindre, no interior (199).

Havia na ilha de Tider "árvores de algodão", mas em pequeno número (200). Ignoramos se os habitantes as aproveitavam ou não. Segundo Monod, não se trataria do *Gossypium*, o verdadeiro algodoeiro, mas sim, por confusão natural em quem não era botânico, da *Calotropis procera*. Para o transporte, os indígenas utilizavam asnos, de que dispunham de grande cópia; nos asnos carregavam o pescado (201).

A ilha Cerina fica entre a de Tider e a terra firme; nela erguem-se alguns medões de areia. Parece que era desabitada (202). O litoral da terra firme de Arguim é arenoso, sem água e tênue-mente povoado (203).

Ao regressar da sua viagem à Terra dos Negros, Nuno Tristão operou uma incursão pela terra firme da zona do arquipélago de Arguim e foi dar numa aldeia a 2 léguas da costa, onde cativou 21 mouros (204). Existia uma povoação em frente da ilha de Ar-

-
- (195). — Idem, cap. XX.
(196). — Idem, cap. XXI.
(197). — Idem, cap. XXXV.
(198). — Idem, cap. LV-LVI.
(199). — Idem, cap. LV; cf. cap. LIV.
(200). — Idem, cap. LV.
(201). — Idem, caps. XXII e LV.
(202). — Idem, cap. LXV.
(203). — *Esmeraldo*, livro I, cap. 25.
(204). — *Crónica da Guiné*, cap. XXX.

guim, a qual devia ser razoavelmente habitada: na verdade, Antão Gonçalves, Garcia Homem e Diogo Afonso saltaram-na e, apesar de a maior parte dos habitantes se ter pôsto em fuga, ainda filharam 25 cativos (205). Os mouros da ilha mudaram suas casas para terra firme, por temor dos ataques portugueses. Todavia aí mesmo os foram atacar às suas novas choças os homens da caravela de Gonçalo Pacheco, cativando 46, número significativo se soubermos que ainda houve mortos e parte da população conseguiu fugir (206). Nas redondezas encontravam-se pelo menos mais duas aldeias de cabanas, que os portugueses acharam êrmas porque os mouros andavam já em avisado apercebimento de suas correrias (207). A zona da Ponta de Tira era povoada (208); erguiam-se aí a povoação de Tira e mais duas aldeias; os portugueses encontraram-nas já êrmas devido ao receio que os seus assaltos suscitavam (209).

4. — *Os xirmeiros (azenegues pescadores). Vestuário. Alimentação. A pesca — as rêdes e a técnica. As jangadas e a navegação. O armamento. A família. Igualdade social. As trocas com o sertão.*

O arquipélago de Arguim e o litoral do continente até à Guiné são habitados por azenegues que vivem da pesca; dêste seu gênero de vida lhes deriva o nome de xirmeiros por que são conhecidos, pois “xirme” é substantivo berbere zenaga que significa peixe (210). No conjunto, êstes azenegues pescadores levam uma vida miserável e são oprimidos e vexados pelos alarves do sertão; todos os outros mouros os desprezam como geração muito vil e os têm como os cristãos têm os judeus. Quando os portugueses fundaram o castelo de Arguim, os xirmeiros passaram para a sua dependência e ficaram a pagar o quinto do pescado e das tartarugas; em cada dia encarregavam-se dois de pescar para o capitão da fortaleza, que nesse dia os alimentava com biscoito ou água e mel ou farinha (211).

Os xirmeiros andavam nus, só com as vergonhas tapadas com peles de cabra. Os que ficaram sob a dependência dos cristãos passaram a vestir alquicés. Untavam os corpos pretos e os cabelos com gordura de peixes. Viviam em choupanas construídas de paus acartados da terra firme, as quais cobriam com rêdes velhas e sêbo

(205). — Idem, cap. XXXIII.
(206). — Idem, caps. XXXVII e XXXVIII.
(207). — Idem, cap. XXXIX.
(208). — Idem, cap. LXIII.
(209). — Idem, cap. LVII.
(210). — Th. Monod, págs. 136-137.
(211). — V. Fernandes, fol. 86 (pág. 61).

do mar. Por chão, uma cova de areia atapetada com sêbo; não possuíam quaisquer alfaias domésticas (212).

Espantava-se Valentim Fernandes da extrema miséria e mesquinhez destes xirmeiros, que

“não têm pão, nem azeite, nem lenha, nem sal, nem cebola, nem nenhuma outra cousa que pertence ao humano uso”.

Tôda a sua alimentação consistia em algum peixe e carne de tartaruga; para cozinhar, juntam alguns pausitos que o mar lança à praia e põem-lhes o fogo; a êste fogo assam o alimento, que misturam com sêbo. Só ocasionalmente comem carne: é necessário que lha dêem de algum camelo morto os mouros do sertão. Os mouros aproveitavam ainda os ovos, a gordura e o unto das tartarugas; do unto fabricavam azeite (213).

Na região de Arguim utilizava-se, para a pesca, o mesmo tipo de rêde que os portugueses encontraram muito mais ao Norte, no Rio do Ouro, prova de identidade de civilização ao longo do litoral saariano. Do arbusto asclepiadáceo *Leptadenia spartium* (ou *Leptadenia pyrotechnica*), os xirmeiros tiram a casca, que batem e preparam, fazendo dela um fiado com que fabricam as rêdes, com a largura de uma braça e o comprimento de cinco ou seis. Como pesos, prendiam-se bolas de barro amassado cozidas ao borralho e furadas; de boiaç serviam pedaços de pau de figueira do inferno (*Euphorbia balsamifera*), também furados para se atarem à rêde. Esta é enrolada num bordão aguçado nos dois cabos (214).

Valentim Fernandes deixou-nos uma boa descrição da pesca.

“Pescam, andãdo dous e dous e cada hum traz sua rede apanhada em seu pao como dixê e querêdo pescar cosem as redes ambas e como veê o peixe vãa se cada hum per seu lado leixãdo cayr passo e passo do pao em meo delles ata callar em terra ou se tornar a juntar, e isto nagoa baixa onde a agoa chegua ata gyolho e esto em tempo de mor calma de dia, porq segundo a quêtura do sol ho peixe anda bebodo cõ quêtura dagoa, e em as mãos dretas trazê seus dardos q como peixe salta por cima da redê no aar o tomã cõ dardos e assi fazê a sua pescaria” (215).

Th. Monod aproximou esta descrição quinhentista de duas observações feitas já no nosso século. Vale a pena transcrever:

“C'est surtout de cette façon que Gruvel et Chudeau (1909, I, pp. 80-81) ont vu utiliser le filet des Imragen, successeurs des Azenègues de Valentim Fernandes:

(212). — Idem, fol. 66 (pág. 44).

(213). — Idem, fol. 64 v. e 65 (pág. 42) e 66 (pág. 44).

(214). — V. Fernandes, fol. 86 e 86 v. (págs. 61-62).

(215). — Idem, fol. 86 v. (pág. 62).

“Quand le pêcheur a justé son *azefa* (Caleçon de pêche, en cuir), il place sur son épaule le bâton qui supporte le filet et se jette dans les brisants, tantôt ayant pied, tantôt nageant, au milieu du banc de mulets ou muges qu'il aperçu de terre. Le bâton est maintenu d'une main, tandis, que, de l'autre, le pêcheur étale le filet et cherche à enfermer (p. 81) dans ses mailles les poissons qui grouillent autour de lui. Quand le filet est suffisamment garni, l'homme revient à terre, dépose sur le sable le poisson capturé et se remet à l'eau jusqu'à ce que le banc de poisson ait disparu. Souvent le filet est assez long pour pouvoir être placé sur deux bâtons. Deux hommes l'utilisent alors pour enfermer le poisson”. Ce dernier cas est exactement celui que décrit Valentim Fernandes. C'est également celui qu'a observé Revol, qui décrit en somme la manoeuvre d'une senne droit (15-30 m. x 1 m. 10): “Les pêcheurs, au nombre de deux par filet, placent sur leurs épaules le bâton qui supporte le filet et se jettent dans les brisants, tantôt ayant pied, tantôt nageant. L'un des deux reste à proximité du rivage, pendant que l'autre, se dirigeant vers le large, déploie le filet perpendiculairement à la côte. Dès que le banc de poisson arrive sur le filet, qui lui barre la route, le pêcheur qui se trouve au large décrit un arc de cercle qui le ramène vers la côte en essayant d'encercler le banc” (1937, p. 211) (216).

Vê-se assim que a técnica da pesca não variou desde o século XV aos nossos dias. Dois xirmeiros, cada qual com seu bordão onde está enrolada uma das duas partes da rede, metem-se à água até encontrarem um banco de peixe; começando do lado do mar, vão largando paralelamente a rede a caminho de terra, donde a puxam, ou em círculo, juntando-se no fim do percurso (217). E' natural que já no século XV estivesse em uso a pesca individual com rede mais pequena, descrita por Gruvel e Chudeau. Os dados de que fala Valentim Fernandes são propriamente arpões (218).

A pesca não emprega qualquer engenho de navegação, mas os xirmeiros da região de Arguim, ao contrário dos outros para o Norte do Cabo Branco, dispunham de jangadas, primorosamente descritas por Valentim Fernandes:

“Os seus batees he cinco paos de figueyra de inferno secos. s. hum de braça e mea e logo e assi os dous em cada ylarga de dous palmos menos e estes tres som atados cõ linhas das ditas redes, e ficã de tras todos tres ygoaes e adiate sae o da metade mais q he mais cõprido, emtã atã outros dous paos de 6 palmos das ilargas todos apartados, no meo destes paos poem suas redes ou molher e filhos ou qualquer cousa q querẽ leuar e elle de tras assentado em aquelles tres q mais saem cõ as per-

(216). — Monod, pág. 169.

(217). — Idem.

(218). — Idem, 170.

nas de dêtro pera o mais largo e em cada mão traz humu tuolleta de palmo e meo de cõprido, e meo palmo de largo cõ q remã e os q andã na barca andã em agoa ata cima de gyolhos e assy andã e nõ se affogã e desta maneyra atrauessã qualquer golffo daquelles parçees xij legoas e tambẽ correm assi toda costa e com som em terra logo sua barca poem ao sol pera enxugar para ser mais leue e quãdo algum delles tem huã destas barcas e huã rede se cõta por rico, bico e stopa nunca o virõ” (219).

A descrição minuciosa não deixa dúvidas de que se trata de *jangadas* conquanto o impressor de Morávia lhe chame aqui *batel*, noutro passo (possivelmente inspirado de Zurara) *almadia* (f. 68 v), e Zurara tivesse empregado o nome de *almadia*. Tem razão Monod em considerar que ambos os tẽrmos sãõ applicados no sentido genérico de embarcação e não no sentido restritõ de um tipo bem definido de embarcação, pois, como mostrou, V. Fernandes tambẽ chama *almadias* às grandes barças do rio Níger. Contrãriamente ao que supusera Jal, as *almadias* da região de Arguim não sãõ pirogas escavadas em troncos de árvores. Mas Monod enganou-se ao julgar que as descrições da *Crônica da Guiné* e de V. Fernandes divergem. Naquela lemos:

“E tinham tal maneira em sua passagem, que os corpos hyam sobre as almadyas, e as pernas pela augua, com as quaes se ajudavom, como se fossem remos”.

Em verdade, V. Fernandes diz igualmente que

“os q andã na barca andã em agoa ata cima do gyolhos”,

o que coincide completamente com os dizeres do cronista de Quatrocentos. Portanto, não tem razão Monod quando afirma

“Il n'est pas certain, d'après les textes, que les *almadies* de Zurara et les barques de Valentim Fernandes soient identiques, ce dernier décrivant plutôt une embarcation véritable, ou du moins un radeau plat, à peine concave, qu'un flotteur que l'on chevauche à califourchon”.

E o não ter razão neste ponto só corrobora a sua hipótese de que na Mauritània do século XV se utilizava unicamente um engenho de navegação, a *jangada*, sem a coexistência de qualquer tipo de *piroga* (220).

Cada *jangada* comporta de três a cinco indivíduos (221).

(219). — Fol. 86 v. e 87 (pág. 62).

(220). — Monod, pág. 170.

(221). — *Crônica da Guiné*, cap. XVII; cf. cap. XX.

O armamento consta principalmente de azagaias (222), e também de chuços, umas e outros de pau da árvore de cujas raízes e cascas fabricam as rêdes. Da Guiné importam algum ferro para pontas de lanças, e algumas azagaias e agomias grandes de ferro morto (223).

A família estava constituída à base do casamento; mas o casamento fundava-se no bom acôrdo, pelo que se admitia o divórcio por mútuo consentimento, ficando os filhos com o pai: os divorciados podiam voltar a casar-se livremente (224).

Pode-se considerar a sociedade xirmeira como uma sociedade homogênea, sem diferenças de classes. Algumas famílias possuíam, porém, mais haveres do que outras: tôda a diferença consistia na posse de jangada e rêde — as famílias que as tinham consideravam-se ricas em relação às outras (225). Mas não consta que desta diferença resultasse qualquer opressão econômico-social.

Os alarves oprimiam os xirmeiros: dormiam-lhes com as mulheres e filhas, comiam-lhes o que de alimento lhes achavam, pou-savam nas suas casas, roubavam-lhes qualquer vestuário além da simples pele de cabra de tapar as vergonhas e obrigavam-nos a sustentarem, durante a sua ausência pelo sertão, criados, escravos e animais (226).

A economia xirmeira, embora auto-suficiente e doméstica, não era inteiramente fechada, pois aos alarves vendiam os azenegues pescadores algum pouco de peixe sêco.

5. — *Da Ponta de Tofia às Palmas de Sanagá.*

Da Ponta de Tofia às Palmas de Sanagá a costa corre Norte-Sul e é tôda arenosa, muito baixa, sem ervas nem árvores; o mar é mau de navegar, perigoso em razão dos baixos de areia e de pedras (227); recorta-se o litoral em esteiros de 7 a 8 braças de altura, por onde os navios só com maré podem andar (228). Demora a Angra ou Furna de Santa Ana a três léguas da Ponta de Tofia; e esta furna tem uma restinga que sai para Oeste. Quatro léguas para o Sul ficam as Sete Moitas. Da Ponta de Tofia ao Cabo da Areia são 30 léguas; navegadas mais 8 léguas chega-se ao Resgate do Cide, e daqui a 4 léguas encontra-se Anterote, à distância de 20 léguas das Palmas de Sanagá (229). Nas Palmas de Sanagá come-

(222). — Idem, cap. XXXV.

(223). — V. Fernandes, fol. 87 (pág. 62).

(224). — Idem, ibidem.

(225). — Idem.

(226). — Idem, fol. 86 (pág. 61) e fol. 70 (pág. 48).

(227). — *Esmeraldo*, I, cap. 26.

(228). — V. Fernandes, fol. 86 v. (págs. 63-64).

(229). — *Esmeraldo*, cap. 26; *Este livro he de rotar*, fol. 297 v. e 298 (pág. 214).

ça uma outra paisagem e uma outra gente: entra-se na Terra Verde, na Terra dos Negros.

Entre a terra firme em frente de Tider e a Angra de Santa Ana, e mesmo daqui para o Sul parece que a costa não era povoada (230). Algumas rédes encontradas pelos portugueses na praia denotam a existência de azenegues xirmeiros, e por mais de uma vez os cristãos viram rasto de mouros; mas as aldeias, em pequeno número, aliás, ficavam no sertão (231). Ao fundo da Angra de Santa Ana erguia-se uma aldeia de razoada povoação (pois nela os portugueses cativaram 35 mouros, tendo-se conseguido escapar o maior número dos habitantes); a quatro jornadas para o interior havia outras três aldeias, que os cristãos num dos seus saltos acharam já êrmas (232). Ao Sul da Ponta de Santa Ana um dia de viagem, Denis Dias e Palenço filharam, num vale coberto de mato, uns 9 mouros (233). O topônimo "Resgate do Cide" indica sem dúvida que nesse local conseguiram os portugueses entrar em contacto com o tráfico saariano do ouro e escravos; aventarei a hipótese de que o trato se estabeleceu na expedição de 1453 de Cide de Sousa, em que seguia Nuno António de Góis em missão comercial: dessa frota sabe-se tão somente que se dirigia à Guiné; parece plausível identificar o ignorado local por ela atingido com o que tem o nome de Resgate do Cide: a operação comercial e o nome do capitão-mor formariam o topônimo.

6. — *Caracteres globais.*

Acabamos assim de percorrer tôda a costa saariana, e vale a pena determo-nos a sublinhar dois ou três traços fundamentais. Trata-se de um litoral monótono nas suas características físicas: geralmente baixo, pouco ou quase nada recortado, bordado sobretudo de dunas, com o mar quebrando até alguns quilômetros ao largo; o horizonte obscurecido pelos nevoeiros ou pela água que salta de encôntro aos rochedos (234). Navegação que não é fácil, por conseguinte. E de fato não encontramos navegação indígena, salvo na região de Arguim, e aqui unicamente entre as ilhas ou destas para a terra firme. Mas o mar é riquíssimo de pescarias. "A abundância e a variedade das espécies ictiológicas nas costas da Mauritânia são enormes e fazem delas uma das áreas de pesca mais favorecidas do mundo, como o banco da Terra Nova em latitudes diferentes". E' que ao longo da costa desce de Norte para

(230). — Diogo Gomes: "Et euntes transierunt ultra de Cabo de Cofia, et inuenerunt terram despopulatam arenosam sicut praedictam sine herbis et arboribus".

(231). — *Crônica da Guiné*, cap. XL.

(232). — *Idem*, cap. XLII e XLIII.

(233). — *Idem*, cap. LXXI.

(234). — Bernard, pág. 386.

Sul uma corrente marítima, fria junto a terra, morna ao centro e quente a Leste. “Concorrem com esta corrente geral correntes de marés e contra correntes accidentais devidas em geral à ação mais ou menos prolongada de uma corrente aérea que traz águas mais quentes. Essas correntes marítimas renovam constantemente as substâncias nutritivas dissolvidas e favorecem a formação do *plankton*. Tôdas as espécies encontram água à temperatura e com a salinidade propícias ao seu desenvolvimento. A extensão do planalto continental, é, além disso, uma condição vantajosa para a pesca” (235).

Ora os indígenas, que não sabem navegar, sabem contudo pescar, e é esta a atividade econômica que define as populações litorais, gisando a sedentariedade, o povoamento por aldeias, o que favorece por seu turno as deambulações dos nômadas. Todavia os ribeirinhos são gente mesquinha, e o mar permanece para eles o fim do mundo, não uma estrada natural a utilizar. Entre a costa ocidental africana e a costa oriental americana parece que nunca houve quaisquer contactos antes do século XVI. O Atlântico é uma divisória, e não, como o Índico ou o Pacífico, elo de ligação, ponte de passagem. A perturbadora semelhança da jangada mauritânia e da jangada brasileira não destrói, nem sequer atenua, este fato, um dos fundamentais da história da humanidade (236).

Notemos, por último, que estas populações litorais ainda no século XV falavam berbere, o dialeto zenágua, e não o árabe, conquanto já islamizados ou em vias de islamização. Para a região do Pôrto do Cavaleiro dá-lo explicitamente Zurara:

“e nunca poderam entender, porque a linguagem daquelles nom he mourisca, mas azaneguya de Zaara”.

Para a região de Arguim infere-se do fato do emprêgo da palavra berbere *xirme* para designar peixe. Os azenegues serviam-se de caracteres próprios e não dos árabes para escrever, como mostra o relato de João Fernandes que Zurara transcreve. O que está de acôrdo com a abundância de inscrições berberes achadas por Th. Monod no Adrar e no Tagante (237).

(*Continua no próximo número*).

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

do “Centre National de la Recherche Scientifique”. Paris.

(235). — Bernard, págs. 386-387.

(236). — Ver Monod: *Au bord de l’Océan Ténébreux*, Sa’nt-Louis. 1944.

(237). — Monod, págs. 137-138.